



# RIO

# PUC

Dissertação de Mestrado

## **A Diplomacia Cultural Chinesa em Questão:**

Os Institutos Confúcio entre o Diálogo  
Intercultural da UNESCO e a Instrumentalização  
Estratégica da Cultura

Leandro Pires Bellini

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Relações Internacionais

Rio de Janeiro, 23 de março de 2026

Dissertação de Mestrado

# **A Diplomacia Cultural Chinesa em Questão:**

**Os Institutos Confúcio entre o Diálogo  
Intercultural da UNESCO e a  
Instrumentalização Estratégica da Cultura**

Leandro Pires Bellini

Orientação: Professora Dra. Maria Elena Rodriguez Ortiz

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, pelo programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, no Instituto de Relações Internacionais.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2026

# **A Diplomacia Cultural Chinesa em Questão:**

## **Os Institutos Confúcio entre o Diálogo Intercultural da UNESCO e a Instrumentalização Estratégica da Cultura**

Leandro Pires Bellini

**Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais. Aprovada pela Comissão examinadora abaixo:**

**Professora Dra. Maria Elena Rodriguez Ortiz**  
Orientadora  
Instituto de Relações Internacionais – PUC - RJ

**Professora Dra. Marta Regina Fernandez y Garcia**  
Instituto de Relações Internacionais – PUC - RJ

**Professor Dr. Pedro Cláudio Cunha Brando Bocayuva Cunha**  
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos -  
UFRJ

Rio de Janeiro, 23 de março de 2026

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### Leandro Pires Bellini

Graduou-se em Turismo pela Fundação Educacional São José (Santos Dumont, Minas Gerais), em 2001. Especializou-se em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (RJ), em 2006, e, posteriormente, em Gestão e Produção Cultural com ênfase em Economia Criativa, pela mesma instituição, em 2014. Ao longo de sua trajetória, dirigiu mais de 220 projetos culturais e educacionais de alcance nacional e internacional, atuando como curador, roteirista e diretor de produção em eventos de literatura, teatro, audiovisual, música, dança, seminários e congressos acadêmicos — com participação em projetos internacionais de grande prestígio, como o *Golden Globes Tributes*. Por 15 anos, exerceu o cargo de Secretário Executivo de Cultura da Fundação Cesgranrio, onde também foi professor de Produção Cultural na Faculdade Cesgranrio entre 2018 e 2025.

Possui sólida experiência em comércio internacional na área de serviços, tendo atuado por oito anos como Gerente de Vendas Internacionais dos hotéis Sofitel na América do Sul, com participação em mais de 40 missões comerciais internacionais na Europa, Ásia e América do Norte.

Em 2021, tomou posse na Academia Brasileira de Cultura, passando a ocupar, de forma vitalícia, a cadeira nº 9, cujo patrono é Martins Pena. É autor de três livros na área cultural e colabora eventualmente com jornais, publicando artigos sobre cultura e comportamento.

### Ficha Catalográfica

Bellini, Leandro Pires

Os Institutos Confúcio entre o diálogo intercultural da UNESCO e a instrumentalização estratégica da cultura / Leandro Pires Bellini ; orientação: Maria Elena Rodriguez Ortiz. – 2026.

75 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2026.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Cultura. 3. Soft power. 4. Sharp power. 5. Diplomacia cultural. 6. Instrumentalização cultural. I. Rodriguez Ortiz, Maria Elena. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

## **Resumo**

Bellini, Leandro Pires; Ortiz, Maria Elena Rodriguez. A Diplomacia Cultural Chinesa em Questão: Os Institutos Confúcio entre o Diálogo Intercultural da UNESCO e a Instrumentalização Estratégica da Cultura, Rio de Janeiro, 2026. XXp. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação analisa a atuação da cultura como ferramenta de soft power na geopolítica contemporânea, utilizando os Institutos Confúcio (ICs) da China como estudo de caso. Embora oficialmente dedicados à difusão linguística e cultural chinesa, sua expansão revelou uma instrumentalização estratégica para interesses econômicos e políticos, como facilitar os negócios e as trocas comerciais, e buscar alinhar as posições políticas de outros países com as da China em fóruns como a ONU. Essa abordagem contrasta com a visão da UNESCO, especialmente a da Convenção de 2005, que preconiza um diálogo intercultural genuinamente pluralista, baseado na igual dignidade das culturas, no respeito aos direitos humanos e na cooperação, rejeitando hierarquias ou a subordinação cultural a agendas estatais. O trabalho investiga a tensão entre essa instrumentalização e os princípios normativos da UNESCO, questionando a aparente dicotomia entre idealismo normativo e a prática de projeção de poder, e sugere caminhos para um diálogo cultural mais autêntico e equitativo.

## **Palavras-chave**

Cultura; Soft Power; Sharp Power; Diplomacia Cultural; Instrumentalização Cultural; Institutos Confúcio; UNESCO; Diálogo Intercultural; Geopolítica; China, Securitização.

## **Abstract**

Bellini, Leandro Pires; Ortiz, Maria Elena Rodriguez (Advisor). Chinese Cultural Diplomacy Under Scrutiny: The Confucius Institutes between UNESCO's Intercultural Dialogue and the Strategic Instrumentalization of Culture. Rio de Janeiro, 2026. XXp. Master's Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation analyzes the role of culture as a soft power tool in contemporary geopolitics, using China's Confucius Institutes (CIs) as a case study. Although officially dedicated to the dissemination of Chinese language and culture, their expansion revealed a strategic instrumentalization for economic and political interests, such as facilitating business and trade exchanges, and seeking to align the political positions of other countries with those of China in forums like the UN. This approach contrasts with UNESCO's vision, especially that of the 2005 Convention, which advocates for a genuinely pluralistic intercultural dialogue, based on the equal dignity of cultures, respect for human rights, and cooperation, rejecting hierarchies or the subordination of culture to state agendas. The study investigates the tension between this instrumentalization and the normative principles of UNESCO, questioning the apparent dichotomy between normative idealism and the practice of power projection, and suggests pathways for a more authentic and equitable cultural dialogue.

## **Keywords**

Culture; Soft Power; Sharp Power; Cultural Diplomacy; Cultural Instrumentalization; Confucius Institutes; UNESCO; Intercultural Dialogue; Geopolitics; China, Securitization.

## Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 <b>Os Institutos Confúcio: Uma Análise da Gênese, Evolução e Visão Oficial na Diplomacia Cultural Chinesa</b>	20
Capítulo 2 <b>A UNESCO e a Convenção de 2005: Pilares para um Diálogo Intercultural Autêntico e a Proteção da Diversidade Cultural</b>	35
Capítulo 3 <b>Institutos Confúcio à luz dos Princípios da UNESCO: A Dualidade Cultural em Confronto Geopolítico</b>	46
Capítulo 4 <b>A Confluência entre Ideal e Realidade – Estratégias para um Diálogo Intercultural Autêntico</b>	65
Referências Bibliográficas	71

## Introdução

A cultura, em sua essência, constitui o alicerce da identidade humana. Não se trata exclusivamente das manifestações artísticas ou de celebrações, mas também (e talvez principalmente) do complexo sistema de valores, crenças, narrativas, rituais e linguagens que moldam a percepção de mundo de um indivíduo e de uma comunidade (Laraia, 2001). Ela é a maneira fundamental como os indivíduos e grupos se organizam, se expressam, percebem, sentem e se relacionam com seu entorno. Esta compreensão integral da cultura, complexa e multifacetada, tem sido objeto de estudo em diversas áreas das ciências humanas, resultando em múltiplas definições que, às vezes se complementam e, às vezes, divergem. Segundo Edward Burnett Tylor, em sua formulação de 1871, a cultura, "tomada em seu amplo sentido etnográfico, é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (Tylor, *apud* Laraia, 2001, p. 25). Esta concepção destaca o caráter abrangente e adquirido da cultura, englobando todas as produções humanas que moldam a existência social e são transmitidas através de gerações. Este valor intrínseco, vital para a formação da identidade humana, posiciona a cultura, em sua forma mais pura e autêntica, como um fim em si mesma. Esse é um dos pressupostos defendidos pela UNESCO que servirá de base fundamental para o desenvolvimento dessa dissertação.

Porém, é preciso também compreender as derivações do conceito de cultura a partir do momento em que ela é analisada dentro do contexto geopolítico, onde acaba transcendendo sua função de mera expressão identitária ou veículo para o entendimento mútuo e assume contornos mais estratégicos e complexos. No cenário das relações internacionais atuais, a capacidade de um Estado de atrair e persuadir outras nações por meio de sua cultura, valores e políticas tem ganhado cada vez mais importância e tem se tornado um componente estratégico cada vez mais forte.

Essa capacidade, foi chamada de *Soft Power* por Joseph Nye. (2004, p. 11). Segundo ele, trata-se da "capacidade de um ator influenciar o comportamento de outros atores através da atração, cooptação e persuasão, em vez da coerção (*hard power*) ou do pagamento (econômico)". As fontes do *soft power* derivam principalmente da cultura e dos valores políticos. Diferentemente do *hard power*, que se baseia na imposição militar ou econômica, o conceito original de *soft power* se referia a múltiplos objetivos, que iam desde a projeção de influência e da construção de uma imagem externa favorável, até o avanço de interesses econômico-políticos específicos.

A diplomacia cultural, embora seja uma prática de projeção de influência com raízes históricas profundas, consolidou-se, no contexto em que o *soft power* ganhou proeminência, como uma das principais ferramentas para sua operacionalização. Edgard Telles Ribeiro define a diplomacia cultural como "a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica" (Telles, 2011, p. 33). Assim, pode-se afirmar que a diplomacia cultural envolve troca de ideias, de informações, de arte e outras manifestações culturais entre nações e seus povos, sendo empregada historicamente tanto para fomentar o entendimento mútuo quanto para alcançar objetivos estratégicos nacionais. Pode-se afirmar também que essa diplomacia transforma os valores, as crenças e as manifestações artísticas de uma nação em capital político e reputacional no cenário global, seja para construir laços ou para projetar uma imagem específica. Em outras palavras, se o *soft power* é o efeito desejado – ser atraente e persuasivo –, a diplomacia cultural é uma das principais estratégias que um país emprega para produzir esse efeito.

Entretanto, é importante notar que a conceituação de Nye não permaneceu estática, sendo objeto de intensos debates e refinamentos acadêmicos. Essas discussões levaram o próprio autor a expandir sua teoria, incorporando noções como o *smart power* – a combinação estratégica de *hard* e *soft power* (NYE, 2009, *apud* MENECELLI FILHO, 2018, p. 19) – e, mais recentemente, o *sharp power*, que descreve o uso manipulativo de recursos intangíveis por regimes autoritários para "perfurar" os ambientes democráticos, distanciando-se do ideal de atração

genuína e transparente (NED, 2017; NYE, 2018, *apud* MENECELLI FILHO, 2018, p. 19-20). Para entender melhor a contribuição dessas expansões conceituais para esta dissertação, é útil detalhá-las. O *soft power*, como já mencionado, baseia-se na capacidade de um país atrair outros por meio de sua cultura e valores, gerando simpatia. Já quando os Estados combinam essa atração (*soft power*) com o uso da força econômica ou militar para alcançar seus objetivos, falamos de *hard power*. E há também o conceito de *sharp power*, que descreve como certas ferramentas culturais e informacionais podem ser usadas de forma mais sutil e coercitiva, com o objetivo de manipular a opinião pública, limitar a liberdade de expressão ou influenciar secretamente o ambiente acadêmico em outros países. Em vez de promover um intercâmbio genuíno, o *sharp power* busca infiltrar e distorcer o debate democrático e a autonomia crítica. (NED, 2017; Nye, 2018, *apud* Menechelli Filho, 2018, p. 19-20)

Esta evolução conceitual evidencia as diversas facetas da instrumentalização cultural e ajuda a investigar se determinadas práticas de diplomacia cultural se aproximam de uma projeção de *soft power* autêntica ou se, ao contrário, configuram uma forma de *instrumentalização cultural* que, ao ser empregada para manipulação e controle de narrativas e espaços acadêmicos, adquire as características do *sharp power*, o que entraria em conflito direto com os princípios de um diálogo intercultural livre e transparente. Este percurso conceitual é relevante para compreender as complexas dinâmicas da influência cultural na geopolítica.

A importância estratégica da cultura para um Estado é assumidamente reconhecida pelas nações e várias lideranças ao redor do mundo se referem a ela de forma direta. Como destacou o então presidente da China, Hu Jintao, em 2007, perante o XVII Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, "na era atual, a cultura tem-se tornado uma fonte cada vez mais importante de coesão social e de criatividade, bem como um fator de crescente importância no fortalecimento do poder nacional abrangente" (HU, 2007, *apud* MENECELLI FILHO, 2018, p. 10). Mais tarde, em 2017, o presidente Xi Jinping reafirmou essa visão. Tais declarações evidenciam a centralidade da cultura na agenda política externa chinesa.

É justamente neste complexo jogo de projeção de imagem e influência que a análise da China oferece particularidades interessantes de serem estudadas. O país possui fortes manifestações culturais representadas em vários campos: na sua rica e diversificada culinária, que está presente em vários outros países; nas artes marciais tradicionais, como o Kung Fu e o Tai Chi Chuan, que atraem praticantes em todo o mundo; em sua vibrante literatura e em sua rica herança filosófica, além de sua marcante presença dentro do dinâmico mercado de games e do mercado de Animes, por exemplo. Além desses aspectos culturais, destaca-se também sua impressionante "capacidade realizadora" em termos de desenvolvimento econômico e infraestrutura. Esses feitos projetam uma imagem de competência e progresso, tornando-se um modelo atraente para outras nações, que veem no sucesso chinês um exemplo a ser seguido e uma base forte para parcerias, configurando assim um importante componente de atração e persuasão que se alinha à definição de *soft power* de Joseph Nye.

Entretanto, apesar desse potencial, a plena penetração dessa riqueza cultural e desse modelo de desenvolvimento no cenário internacional por parte da China sempre enfrentou desafios significativos. Um considerável hiato cultural com o Ocidente, enraizado em uma cultura Judaico-cristã e em valores políticos e éticos distintos, ainda cria lacunas de entendimento e confiança, o que fica evidente nas discussões em torno de importantes conceitos e valores para o Ocidente. Além disso, a complexidade inerente à linguagem ideográfica chinesa representa uma barreira prática que limita o acesso massivo a muitas de suas formas culturais originais.

Consciente desses obstáculos estruturais, mas ao mesmo tempo atenta ao profundo valor estratégico da cultura, a China tem demonstrado uma grande determinação em superar essas barreiras, explorando para isso o potencial disruptivo de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial, para facilitar essa comunicação e engajar-se mais eficazmente na "batalha" pela influência global. Essa determinação de intensificar seus esforços de diplomacia cultural já vem se manifestando desde o final da década de 2000, com a internacionalização da mídia chinesa (incluindo as "Big Four" — Xinhua News Agency, China Global Television Network, China Radio International e os jornais China Daily/Global Times) e o

fortalecimento do cinema chinês (MENECELLI FILHO, 2018, p. 10). Como resultado dessa determinação e dos esforços contínuos para contornar as barreiras de difusão cultural, a China tem conseguido alcançar um crescimento do interesse e da atenção global. Isso pode ser observado de forma concreta, por exemplo, na valorização de pilares como a caligrafia chinesa, com evidências de um crescente interesse internacional e a realização de concursos globais (DN, 2025; UNICV, 2024). Da mesma forma, a Medicina Tradicional Chinesa (MTC) tem ganhado reconhecimento e adoção mundial, exemplificada pela legalização da acupuntura em 44 estados dos EUA, com cerca de 27 mil profissionais licenciados (NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, 2019), e pelo investimento chinês na internacionalização da MTC com o estabelecimento de centros de alta qualidade no exterior (CHINA HOJE, s.d.). Soma-se a isso a projeção cada vez maior de suas produções contemporâneas. Filmes, telenovelas e séries chinesas, por exemplo, ganham destaque em plataformas de streaming – um sucesso notável exemplificado por "O Tigre e o Dragão", que em 2000 obteve dez indicações ao Oscar. Essa atratividade cada vez maior também pode ser quantificada no aumento em cerca de 300% no número de estudantes estrangeiros na China, que saltou de 36 mil para 110 mil em apenas uma década (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2019), e posteriormente atingiu quase 500.000 em 2018, antes de registrar aproximadamente 240.000 estudantes em 2021 devido ao impacto da pandemia de COVID-19 (Ministério da Educação da China, 2022). Essa expansão de influência, que se alinha à política de "crescimento pacífico", tornou-se um pilar central da estratégia chinesa de soft power (Nye, 2023, p. 98).

Outro ponto que é importante se destacar é o de que a abordagem chinesa para a projeção cultural possui uma singularidade intrínseca, moldada por uma compreensão peculiar do que constitui a cultura e o próprio *soft power*. Diferentemente de uma perspectiva ocidental mais segmentada, a cultura na China é vista como o "coração e a alma" do *soft power* (KONG, 2015; ZHANG, 2017, *apud* MENECELLI FILHO, 2018, p. 33). Isso significa que, para o país, o *soft power* cultural vai além da mera capacidade de atração, fundindo-se com os valores políticos e ideológicos da nação. (MENECELLI FILHO, 2018, p. 33-34). Essa visão intrínseca e multifacetada é fundamental para compreender a diplomacia cultural chinesa, que não se limita a ser um instrumento de atração externa; ela serve

também como um meio vital para fortalecer a coesão interna e a "segurança cultural" do país, protegendo-o de influências consideradas indesejáveis e consolidando a identidade nacional (AUKIA, 2014; EDNEY, 2016, *apud* MENECELLI FILHO, 2018, p. 39-40). Em outras palavras, para a China, a cultura não é apenas uma ferramenta para influenciar outros países e gerar simpatia; ela é, principalmente, utilizada para unir a população chinesa, proteger seus valores de ideias estrangeiras que possam ser vistas como ameaça e reforçar o que significa ser chinês, tanto para seus cidadãos quanto para o cenário global. É, portanto, uma estratégia com um duplo propósito: para "fora" e para "dentro" das suas fronteiras.

Foi em 2004, em meio a esse desenvolvimento e contínua ascensão de sua influência cultural, que a China idealizou um importante instrumento: os Institutos Confúcio (ICs), cuja história e cujo desenvolvimento serão tratados de forma mais detalhada no Capítulo 2 dessa dissertação. Com uma rede que, historicamente, chegou em seu ponto mais alto a 548 Institutos e 1.193 Salas de Aula Confúcio em 146 países e regiões (Liu, 2019), e que, após 2019, sofreu uma reconfiguração significativa, reduzindo o número de Institutos Confúcio ativos para aproximadamente 200 a 300 globalmente até o final de 2024 após o fechamento ou reestruturação em diversos países, especialmente nos EUA e Europa, essas instituições, embora oficialmente dedicadas à difusão linguística e cultural chinesa e frequentemente apresentadas como uma resposta a uma suposta "demanda global" pelo aprendizado do chinês, rapidamente se tornaram foco de intensos debates ao redor do mundo. Vários questionamentos foram levantados sobre os verdadeiros propósitos da China. Seriam os Institutos Confúcio genuínos promotores de intercâmbio cultural e linguístico (*soft power*), ou constituiriam uma instrumentalização estratégica da cultura, com outros objetivos políticos e econômicos e características que se aproximam do *sharp power*? Sua expansão visaria um diálogo pluralista ou, veladamente, a uma projeção unilateral de uma visão sino-cêntrica, potencialmente instrumentalizando a cultura para fins estratégicos? E em que medida essas iniciativas respeitavam a liberdade acadêmica e evitavam a censura de temas sensíveis, fundamentais para um verdadeiro intercâmbio cultural?

Essas dúvidas e debates intensificaram a necessidade de uma análise mais rigorosa sobre as dinâmicas da cultura nas relações internacionais. Não se trata apenas de questionar se a cultura é usada para atrair e influenciar ou se é ativamente mobilizada de forma estratégica (a instrumentalização cultural). A questão crucial reside em como essa instrumentalização se manifesta: ela se dá de forma transparente, alinhada aos ideais de diálogo, ou se inclina para práticas de manipulação e coerção? É precisamente essa distinção e a exploração da linha tênue que separa uma instrumentalização cultural de uma prática de *sharp power* que esta dissertação se propõe a explorar em profundidade.

Para tanto, é fundamental aprofundar a compreensão da instrumentalização cultural. Não se trata apenas da atratividade inerente da cultura, mas de seu uso calculado e focado para gerar um resultado desejado. O *sharp power* emerge como uma subcategoria da instrumentalização cultural, caracterizada pela manipulação, opacidade e potencial coerção. Quando a instrumentalização cultural envolve a censura de tópicos, a pressão sobre instituições, a falta de transparência no financiamento ou a promoção de narrativas distorcidas para minar a autonomia crítica e a liberdade de expressão, ela adquire as características do *sharp power* (NED, 2017; NYE, 2018), distanciando-se do intercâmbio cultural genuíno e transparente. Assim, nem toda instrumentalização cultural é *sharp power*, mas o *sharp power* é sempre uma instrumentalização cultural que cruza a fronteira da manipulação.

Para tornar essa fronteira mais tangível e aplicável à análise que se segue, é essencial operacionalizar a distinção entre soft power e sharp power por meio de critérios observáveis, que vão além da mera intenção declarada e focam em comportamentos concretos. Três elementos se destacam como fundamentais nessa diferenciação: a transparência, que no soft power é plena e aberta quanto à origem, financiamento e objetivos, permitindo que os atores envolvidos avaliem livremente a iniciativa, enquanto no sharp power opera por meio de ocultação e manipulação discursiva, obscurecendo intenções para evitar escrutínio; o respeito à autonomia, onde o soft power preserva a independência das instituições anfitriãs e dos participantes locais, fomentando parcerias equitativas, ao passo que o sharp power compromete essa autonomia por vias sutis como pressão política, cláusulas

contratuais restritivas ou controle editorial indireto; e a reversibilidade, característica do *soft power* que permite recusa ou crítica sem retaliações econômicas, diplomáticas ou de outra natureza, contrastando com o *sharp power*, que impõe custos implícitos ou explícitos para quem resiste, criando dependências que inibem o debate livre. Esses indicadores não são abstratos: eles se manifestam em práticas verificáveis, como a divulgação orçamentária, a liberdade para definir conteúdos e a ausência de sanções contra questionamentos, permitindo avaliar se uma diplomacia cultural serve a um intercâmbio genuíno ou se resvala em controle assimétrico. É exatamente essa lente que permite discernir, ao longo desta dissertação, se iniciativas como os Institutos Confúcio se aproximam de uma atração cultural autêntica ou de uma influência que perfura e distorce ambientes alheios.

Paschalidis (2009, p. 287) observa que "projetar a cultura nacional no exterior consiste essencialmente em representar a nação, convertendo-a em uma performance e, assim, ironicamente, revelando a sua verdade fundamental como uma construção cultural, como uma obra de arte elaborada". Assim, enquanto o *soft power* é o resultado mais amplo da atração e da influência exercida, a instrumentalização cultural pode ser entendida como uma tática ou um conjunto de estratégias ativas empregadas para fomentar essa atração e, conseqüentemente, construir *soft power* (Noya, 2011). A distinção reside, portanto, na intencionalidade e na especificidade: *soft power* é a influência que emana da atratividade, enquanto a instrumentalização cultural é o processo ativo de mobilizar e empregar recursos culturais com fins específicos e mensuráveis dentro de uma agenda maior de política externa ou projeção de imagem.

Essa instrumentalização da cultura para fins estratégicos e o *sharp power* contrapõem-se em muitos aspectos aos princípios de diálogo intercultural e diversidade cultural propostos pela UNESCO, em especial os da Convenção de 2005. Por meio de sua Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, a organização entende o diálogo intercultural não como mera tolerância ou coexistência. A UNESCO enxerga o diálogo intercultural como um processo dinâmico e contínuo de troca aberta e respeitosa entre indivíduos, grupos e organizações com diferentes origens culturais e visões de mundo. Seu objetivo é

aprofundar a compreensão de diversas perspectivas, aumentar a participação e a liberdade de escolha, fomentar a igualdade e aprimorar processos criativos (UNESCO, *Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue*, 2010). Essa é, portanto, uma abordagem normativa que enfatiza o respeito irrestrito entre diferentes tradições e a construção de entendimentos que superem interesses nacionais específicos, recusando qualquer imposição ou hierarquia cultural. É nesse confronto entre concepções e práticas – entre o ideal de diálogo intercultural preconizado pela UNESCO e a percepção de instrumentalização estratégica, especialmente em suas manifestações mais manipulativas – que se configura a tensão central desta dissertação.

A instrumentalização cultural na geopolítica contemporânea, como um vetor de *soft power*, é uma prática que dificilmente se limita a um único objetivo. Ela, frequentemente, serve a uma agenda mais ampla, integrando interesses educacionais, econômicos e político-ideológicos. Contudo, a forma como a China tem implementado essa projeção, notadamente através dos Institutos Confúcio, é frequentemente objeto de debates e críticas por seu potencial inclinação a um sinocentrismo e a uma lógica hierárquica na difusão cultural, sugerindo um movimento em direção ao *sharp power*.

É importante entender que a UNESCO não atua como um ator político em oposição direta à China neste debate. Sua relevância reside, antes, em ser um referencial normativo e conceitual que baliza a construção de um diálogo intercultural autêntico e respeitoso da diversidade. A tensão central, portanto, não está num embate direto entre "China e UNESCO", mas sim na dicotomia intrínseca entre o potencial de instrumentalização estratégica da cultura pelo *soft power* chinês – manifestada nos múltiplos interesses que podem permear a atuação de atores como os Institutos Confúcio, e a sua possível guinada para características de *sharp power* – e a visão da UNESCO de um intercâmbio cultural pautado na equidade, no reconhecimento mútuo e na promoção da diversidade como um valor em si.

O objetivo central dessa dissertação é investigar em que medida as práticas dos Institutos Confúcio, enquanto instrumentos de projeção cultural chinesa, convergem ou divergem dos princípios estabelecidos pela UNESCO para o diálogo intercultural. Pretende-se identificar se suas práticas se harmonizam com os valores

preconizados pela Convenção de 2005, ou se, contrariamente, se subordinam a interesses estratégicos que podem comprometer a diversidade cultural, a equidade e o respeito mútuo entre tradições distintas, assumindo características de *sharp power*. Busca-se ainda examinar se a visão da UNESCO oferece um arcabouço normativo prático para diminuir a instrumentalização estratégica da cultura na geopolítica, ou se a instrumentalização da cultura, especialmente em suas vertentes mais manipulativas, é uma prática inerente e inevitável do jogo político internacional.

A relevância desta investigação justifica-se em múltiplas dimensões. No plano acadêmico, esta dissertação almeja preencher uma lacuna significativa na produção ao oferecer uma análise original sobre as interfaces entre a diplomacia cultural chinesa e os princípios norteadores da UNESCO, especialmente à luz das reações e questionamentos observados globalmente. Como já observado por Menechelli Filho (2018, p. 13-14), a academia brasileira ainda carece de um volume expressivo de pesquisas sobre a dimensão cultural das Relações Internacionais e, especificamente, sobre a diplomacia cultural chinesa, frequentemente priorizando estudos de caráter econômico. Em uma perspectiva prática, o entendimento aprofundado dessa dinâmica também poderá oferecer subsídios valiosos para a formulação de estratégias de diplomacia cultural mais alinhadas com os ideais de diálogo autêntico, beneficiando diretamente os atores envolvidos na promoção do intercâmbio cultural.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão da literatura especializada sobre *soft power*, diplomacia cultural, os Institutos Confúcio e a Convenção de 2005 da UNESCO, além da análise documental de relatórios e posicionamentos oficiais. O recorte temporal, que se estende aproximadamente de 2003 a 2020, é justificado pela tese de Menechelli Filho (2018, p. 12-13), que aponta este período como o de inclusão concreta e assertiva da teoria do *soft power* na estratégia nacional da China, sob as eras de Hu Jintao e Xi Jinping. Foi nesse ínterim que a diplomacia cultural chinesa passou por "inflexões relevantes", como o processo de "ascensão pacífica" ou "desenvolvimento pacífico", reforçando sua dimensão cultural na política externa

(MENECELLI FILHO, 2018, p. 12-13). Essa abordagem permitirá um exame crítico das tensões entre o ideal normativo e a prática geopolítica, buscando identificar padrões e contradições na atuação dos Institutos Confúcio frente aos princípios da UNESCO.

O Capítulo 2 aborda "A UNESCO e a Convenção de 2005: Pilares para a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural", estabelecendo o arcabouço normativo da organização. Em seguida, o Capítulo 1, "Os Institutos Confúcio: Uma Análise da Gênese, Evolução e Visão Oficial na Diplomacia Cultural Chinesa", apresenta o estudo de caso. O Capítulo 3, "Institutos Confúcio e os Princípios da UNESCO: A Dualidade Cultural em Confronto Geopolítico", realiza a análise crítica da tensão entre as duas perspectivas. Por fim, o Capítulo 4, "A Confluência entre Ideal e Realidade – Estratégias para um Diálogo Intercultural Autêntico", propõe caminhos e reflexões para um diálogo mais autêntico. As considerações finais sintetizam os principais resultados, respondem à questão de pesquisa, apresentam as contribuições da dissertação e apontam sugestões para futuras investigações.

## Capítulo 1

### Os Institutos Confúcio: Uma Análise da Gênese, Evolução e Visão Oficial na Diplomacia Cultural Chinesa

A virada do século XXI marcou a consolidação da China como uma potência global emergente, impulsionando uma busca estratégica por projeção de poder que se estendeu muito além das esferas econômicas e militares. (REPNIKOVA, 2022). O país compreendeu que, para solidificar sua influência internacional, era fundamental cultivar simpatia e moldar percepções favoráveis, valendo-se do que Joseph Nye (NYE, 2004) descreveria como *soft power*. Nye criou o conceito de *soft power* em 1990, no final da Guerra Fria, argumentando que o poder cooptativo está em jogo quando "um país faz com que outros países queiram o que ele quer" e o contrastou com o poder de comando ou *hard power* de um país "ordenando que outros façam o que ele quer" (MATTERN, 2005, *apud* REPNIKOVA, 2022). Mais de uma década depois, em seu livro de 2004, Nye elaborou sobre a distinção entre *hard power*, baseado em incentivos econômicos e coerção militar, e *soft power*, que depende da atração, enfatizando a cultura americana, os ideais e valores políticos, e a política externa como os pilares-chave desse poder., Nye mais tarde introduziu a ideia de *smart power*, onde o *hard power* e o *soft power* são estrategicamente coordenados para alcançar os resultados desejados (NYE, 2009). Além disso, em suas discussões mais recentes, ele também se engajou em discussões em torno do conceito de *sharp power*, que descreve o uso manipulativo de recursos intangíveis por regimes autoritários para "perfurar" os ambientes democráticos, distanciando-se do ideal de atração genuína e transparente (NED, 2017; NYE, 2018, *apud* MENECELLI FILHO, 2018).

O termo surgiu no discurso da liderança chinesa em 2007, quando o Presidente Hu Jintao mencionou a importância de fortalecer o *soft power* cultural da China. Xi Jinping elevou a importância do *soft power*, fazendo referência a ele

em vários outros discursos, incluindo a Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central, o 19º Congresso do Partido, e o discurso de 2018 sobre propaganda e ideologia (REPNIKOVA, 2022). Para Xi Jinping, o *soft power* é fundamental tanto para contextos domésticos quanto internacionais. No âmbito interno, ele traça uma ligação direta entre o *soft power* cultural e o desenvolvimento da China, enquadrando o poder cultural em pé de igualdade com o *hard power*, afirmando que: “O curso do desenvolvimento para qualquer grande país ao longo da história inclui a melhoria do *hard power*, como o agregado econômico e a força militar, bem como o aprimoramento do *soft power*, como valores, ideologias e cultura” (CPC NEWS, 2019). Xi Jinping enfatizou a construção de um poder de discurso internacional, incentivando jornalistas a "contarem bem a história da China". Os discursos motivacionais de Xi Jinping tiveram uma contribuição decisiva nos esforços para aprimorar o *soft power* chinês e o tema acabou gerando mais de 7.000 artigos acadêmicos na China, demonstrando vasto interesse doméstico pelo assunto. (REPNIKOVA, 2022).

As discussões chinesas sobre *soft power* revelam que este pode ser um conceito mais abrangente do que o originalmente proposto por Nye, questionando as fronteiras entre *hard power* e *soft power* e a própria ideia de atração como separada de outros incentivos. Além disso, os próprios especialistas chineses divergem e debatem intensamente sobre quais elementos constituem as verdadeiras fontes do *soft power* da China. As discussões abrangem um leque variado de fatores, indo desde a rica cultura chinesa e sua capacidade política, até a atratividade de seu modelo de desenvolvimento nacional.

Essa distinção na terminologia que a China adota para descrever sua estratégia de projeção global não é um mero detalhe linguístico; ela é um ponto de partida fundamental para a compreensão das ações do governo chinês e, conseqüentemente, das reações internacionais a essas ações. Para entender por que essa nomenclatura é tão relevante, é preciso primeiro que fiquem claras as diferenças na concepção dos termos:

No Ocidente, geralmente, o "*soft power*" é um conceito amplo, que se refere à capacidade de atração de um país por sua cultura, seus valores políticos e sua política externa. A "diplomacia cultural", por sua vez, é vista como uma ferramenta

ou prática específica (como o British Council ou a Alliance Française) para promover a cultura, sendo, portanto, uma parte do *soft power*. A cultura é um dos vários componentes que contribuem para o *soft power*. Já para a China, a abordagem é distinta e mais focada. Conforme estudos de autores chineses citados por BECARD e MENECELLI FILHO (2019), a cultura é identificada como o "coração" do *soft power* chinês. Isso não significa apenas que a cultura é mais importante; significa que ela é o elemento central, o alicerce e o principal motor de toda a capacidade de atração e influência do país. Não é apenas uma parte entre outras, mas o ponto de origem e a força motriz de seu *soft power*. A razão pela qual essa priorização da cultura como ferramenta é tão importante para entender as ações chinesas e as reações internacionais reside em duas frentes:

- **Impacto nas Ações Chinesas:** Se a cultura é vista como o principal motor do poder, o governo chinês tenderá a utilizá-la de forma mais direta e estratégica para alcançar objetivos políticos e econômicos específicos. Essa visão pode levar a uma implementação de iniciativas culturais que priorizam a projeção unilateral de uma narrativa específica sobre a China, a centralização do controle sobre o conteúdo, e uma menor ênfase na reciprocidade e na diversidade pluralista, em comparação com o ideal de intercâmbio cultural promovido por organizações como a UNESCO. Eventuais escolhas operacionais (como uma padronização de currículos, uma gestão centralizada e a seleção de temas específicos) podem ser diretamente influenciadas por essa crença de que a cultura é, primariamente, uma ferramenta para o *soft power* nacional.
- **Impacto nas Reações Internacionais:** Essas ações, impulsionadas pela visão chinesa da cultura como ferramenta primordial de *soft power*, muitas vezes geram interpretações de "instrumentalização" ou até mesmo de *sharp power* por parte de outros países e acadêmicos. Não significa que todo esforço em *soft power* da China se transforme em *sharp power*. (A distinção é sutil, mas fundamental. A instrumentalização, na verdade, ocorre quando a cultura é usada como um meio para outros fins, como políticos ou econômicos, em vez de ser valorizada por si mesma ou para promover um entendimento mútuo genuíno – uma visão defendida, por exemplo, pela UNESCO. Todas as diplomacias culturais têm algum grau de

instrumentalização, mas o problema surge com a intensidade, falta de transparência e pouca reciprocidade. Já o Sharp Power representa um estágio mais problemático da instrumentalização.)

Assim, quando a China prioriza a cultura de forma tão central como um meio estratégico, e não como um fim em si mesmo (ideal da UNESCO), isso pode levar a práticas percebidas como menos autênticas e mais controladas. Essa percepção se intensifica diante de elementos como a falta de transparência, pouca reciprocidade, ou quando a liberdade de pensamento e expressão é limitada — pontos que, como será abordado adiante, tendo os Institutos Confúcio como exemplo, geraram críticas. É essa percepção de que a cultura está sendo controlada e direcionada unilateralmente para objetivos estatais, em vez de fomentar um diálogo aberto e plural, que faz com que as ações chinesas sejam questionadas e, por vezes, categorizadas por críticos como "instrumentalização" e, em casos mais graves, como *sharp power*, distanciando-se dos princípios da UNESCO delineados no primeiro capítulo.

É nesse contexto, onde a cultura é percebida como a força motriz do *soft power*, que a China buscou transformar sua vasta herança em capital político e reputacional, através dos **Institutos Confúcio**. A história desses institutos teve seu ponto de partida em 2004, com a fundação do primeiro deles em Seul, na Coreia do Sul. A concepção por trás de sua criação justificava-se na percepção de uma suposta demanda global crescente pelo aprendizado da língua chinesa (mandarim) e por um entendimento mais aprofundado da cultura da China, impulsionada pelo robusto crescimento econômico do país e sua consequente ascensão geopolítica (LIU, 2019; HUANG; XIANG, 2018). Essa abordagem é vista por Liu como uma retórica, que no fundo visava desconstruir narrativas ocidentais que a retratavam de forma menos favorável, como a "teoria da ameaça chinesa" mencionada por Lai (LAI, 2012).

O modelo operacional dos Institutos Confúcio encontrou inspiração em instituições ocidentais de diplomacia cultural já estabelecidas, como o British Council, a Alliance Française e o Goethe-Institut. No entanto, e aqui reside uma distinção significativa para a análise desta dissertação, é importante reconhecer que, apesar da similaridade na intencionalidade estratégica de projeção de *soft power*, a natureza da instrumentalização e sua percepção pública diferem bastante. Enquanto

as instituições ocidentais, operando em contextos democráticos, frequentemente cultivaram uma imagem de maior autonomia acadêmica e pluralismo — mesmo com seus próprios vieses e agendas —, o modelo dos Institutos Confúcio é inerentemente atrelado a um Estado de partido único. Até recentemente, os ICs eram diretamente gerenciados por Hanban, o Escritório do Conselho Internacional da Língua Chinesa, que é afiliado ao Ministério da Educação chinês e, portanto, diretamente associado ao Partido Comunista Chinês. Essa distinção de governança levou a um escrutínio mais acentuado sobre o grau de controle estatal em currículos e a restrição de tópicos "sensíveis", o que, como discutido na Introdução, pode inclinar a iniciativa para características de *sharp power*, ou seja, o uso manipulativo de recursos intangíveis (NED, 2017; NYE, 2018).

Diferente de seus equivalentes europeus, que operam majoritariamente como entidades autônomas fisicamente separadas das instituições locais, os Institutos Confúcio são estabelecidos por meio de parcerias diretas que ocupam espaço físico e administrativo dentro de campi universitários estrangeiros. Este modelo chamando por alguns autores de "cavalo de troia" ou "base avançada" permitiria uma integração profunda na vida acadêmica, mas é também a fonte primária de controvérsias sobre autonomia institucional e liberdade de expressão (Sahlins, 2013).

A expansão global que se seguiu à fundação do primeiro Instituto Confúcio em 2004 foi, de fato, sem precedentes, concretizando um ambicioso e acelerado projeto de diplomacia cultural em massa. Em apenas uma década, a rede já abrangia mais de 400 Institutos em mais de 100 países até 2014. O auge dessa proliferação foi atingido por volta de 2018, quando o sistema registrava notáveis 548 Institutos e 1.193 Salas de Aula Confúcio, espalhados por 146 países e regiões (HUANG; XIANG, 2018; LIU, 2019). Em junho de 2020, já existiam 541 Institutos Confúcio e 1.170 Salas de Aula Confúcio (SACs) em 162 países/regiões, com 27 novos Institutos e 66 Salas de Aula Confúcio abertas somente em 2019 (REPNIKOVA, 2022).

O Hanban, órgão gestor original, atuava como arquiteto e supervisor centralizado, provendo os ICs com financiamento inicial, orçamentos anuais, materiais didáticos padronizados e instrutores chineses. A estrutura da Hanban

baseava-se em um modelo de financiamento compartilhado: a China fornecia os professores, os materiais didáticos e uma verba inicial (frequentemente cerca de US\$ 100.000 anuais), enquanto a universidade anfitriã deveria fornecer espaço físico, pessoal administrativo e fundos correspondentes. Essa abordagem permitiu que a China "terceirizasse" sua infraestrutura de *soft power* para instituições de prestígio em todo o mundo, ganhando legitimidade acadêmica instantânea através da associação com marcas universitárias consolidadas. Desde o seu início, a visão estratégica era clara: os Institutos Confúcio deveriam se estabelecer como "a marca mais luminosa do *soft power* da China", ambição proclamada em declarações oficiais (XINHUA, 2007, *apud* ZHOU; LUK, 2016, p. 290).

A própria escolha do nome, ao invocar a figura milenar de Confúcio, era um gesto deliberado e carregado de simbolismo, buscando celebrar a profunda herança cultural chinesa e, simultaneamente, servir como um contraponto sutil à crescente hegemonia cultural ocidental. No entanto, essa escolha é duplamente significativa e sugere uma análise mais aprofundada, pois ela pode sinalizar uma discordância com os princípios da UNESCO. Confúcio não personifica apenas um arcabouço filosófico de harmonia e ordem moral, mas também um modelo histórico de governança profundamente enraizado na tradição chinesa, que valoriza a hierarquia e o respeito à autoridade. Ao nomear uma iniciativa de intercâmbio cultural com essa referência, os Institutos Confúcio projetam, mesmo que indiretamente, uma visão particular e, por vezes, centralizada de sua cultura. Essa postura, implícita na escolha do patrono, entra em tensão direta com os Princípios da Igual Dignidade e Respeito por Todas as Culturas (Artigo 2.5) e do Diálogo Intercultural (Artigo 2.6) da UNESCO, conforme detalhado no primeiro capítulo dessa dissertação. Esses princípios defendem a horizontalidade e a não hierarquia cultural, opondo-se a uma visão sinocêntrica que, por mais que celebre a riqueza de sua herança, levanta questionamentos sobre a equidade do intercâmbio e o potencial de se alinhar a características de *sharp power*, onde uma visão específica é promovida em detrimento da pluralidade de perspectivas (PASCHALIDIS, 2009).

Se por um lado os objetivos oficiais dos Institutos Confúcio eram declaradamente focados na questão da difusão linguística, por outro, na prática, eles acabavam ultrapassando o âmbito puramente educacional e acabavam articulando

ações bem mais amplas. Eles visavam sim o fomento da compreensão mútua entre a China e as demais nações através da disseminação do mandarim, mas também promoviam a exploração de diversas facetas da cultura chinesa, abrangendo manifestações artísticas como caligrafia, por exemplo, além de músicas, Tai Chi, culinária e a filosofia. Essas iniciativas incluíam ainda a organização de festivais e celebrações culturais, bem como a promoção ativa de intercâmbios e bolsas de estudo para estudantes estrangeiros. A flexibilidade pedagógica dos ICs era notável, com o Hanban encorajando diretores a fazerem eventuais “ajustes” em eventos de ensino ou em eventos culturais, levando em conta costumes e demandas locais (HARTIG, 2014, *apud* REPNIKOVA, 2022). As ofertas de cursos variavam para além do mandarim, incluindo negócios chineses, história, medicina tradicional chinesa, artes marciais, e chinês para fins específicos como chinês para negócios, chinês médico ou chinês jurídico. As atividades culturais também se expandiam para exposições de arte, palestras acadêmicas e competições de debate, e os públicos-alvo abrangiam estudantes universitários e de ensino médio, profissionais de negócios, o público em geral, e programas especializados para diplomatas, jornalistas ou funcionários governamentais (REPNIKOVA, 2022). Todas essas atividades constituíam ferramentas diretas da diplomacia cultural, projetando uma imagem positiva da China e buscando cultivar afinidade e boa vontade internacional. Em sua essência, eram concebidas para, pacientemente, forjar uma imagem da China como uma nação de profundas raízes culturais, pacífica e modernamente dinâmica, antecipando que um maior conhecimento e uma percepção mais apurada levariam a uma visão mais favorável de suas políticas e, por extensão, de sua ascensão global (NYE, 2023).

Porém, estudos empíricos trouxeram críticas a esses objetivos declarados, revelando a natureza estratégica multifacetada da diplomacia cultural chinesa. A pesquisa de Huang e Xiang (HUANG; XIANG, 2018) sobre a distribuição dos Institutos Confúcio entre 2004 e 2014, por exemplo, demonstrou que a localização e a proliferação dos ICs eram guiadas não por uma motivação singular ou puramente altruísta, mas por uma complexa combinação estratégica de interesses interconectados. Além dos interesses educacionais declarados (que se traduziam em uma maior incidência de ICs em nações mais populosas visando a máxima capilaridade no ensino da língua chinesa), havia nítidos interesses econômicos.

Conforme detalhado pelos autores, os Institutos eram frequentemente instalados em países que representavam parceiros comerciais estratégicos para a China, buscando "facilitar o comércio, nutrir uma rede de intermediários comerciais e, em última instância, reduzir custos de transação" (HUANG; XIANG, 2018, citando KLUVER et al.). Essa intersecção de objetivos demonstrava claramente a instrumentalização da cultura como um meio para alcançar metas econômicas concretas, uma característica distintiva da diplomacia cultural chinesa por meio dos ICs.

Adicionalmente, observaram-se interesses políticos explícitos, evidenciados por uma correlação marcante: a presença de Institutos Confúcio tendia a ser maior em países cujas votações na Assembleia Geral da ONU frequentemente divergiam das posições chinesas. Isso sugeria uma intenção não apenas de reforçar laços com nações já próximas, mas, mais significativamente, de engajar e, sutilmente, influenciar regiões com posições políticas mais divergentes da China, com o intuito declarado de "reduzir a dissimilaridade política entre a China e outros países" (HUANG; XIANG, 2018). Esse esforço visava potencialmente angariar maior apoio às suas pautas em fóruns internacionais, moldando percepções e alinhando posicionamentos. Essa dimensão política, portanto, revelava que a diplomacia cultural dos ICs se estendia a um esforço deliberado para se tornar uma ferramenta de influência geopolítica indireta e estratégica que pode ser interpretada sob a lente do *sharp power*, desviando-se dos princípios de diálogo intercultural autêntico e de respeito à diversidade propostos pela UNESCO. É também notável que, em contextos não ocidentais, como na África e América Latina, as táticas de *soft power* chinesas parecem ser mais atraentes. Um relatório Afrobarometer de 2019/2020 (SANNY; SELORMEY, 2020 & SELORMEY, E.) mostrou que a maioria dos entrevistados em países africanos percebe a influência chinesa como "principalmente positiva", e que, nesses locais, os incentivos práticos e as ofertas tangíveis podem superar as preocupações ideológicas.

A operacionalização dos Institutos Confúcio, embora estivesse centralizada na gestão do Hanban, tinha como base um modelo bem peculiar de parceria e previa um arranjo estratégico que facilitava de certa forma a penetração cultural e diplomática chinesa globalmente. Como detalham ZHOU e LUK (2016), os ICs, definidos como instituições públicas sem fins lucrativos, associavam-se tanto a

instituições acadêmicas quanto a organizações estrangeiras, principalmente a universidades e escolas. Nessa colaboração, o Hanban exercia um papel preponderante, fornecendo o suporte financeiro inicial para a criação do instituto, além de orçamentos anuais contínuos, materiais didáticos específicos e o envio de instrutores chineses qualificados. Oficialmente, havia três modelos de financiamento para os Institutos Confúcio: patrocínio do Hanban, patrocínio da universidade anfitriã, ou fundos conjuntos de ambos (LI; TIAN, 2015, *apud* REPNIKOVA, 2022). Nos Estados Unidos, o Hanban fornecia um capital inicial variando de US\$ 50.000 a US\$ 150.000, além de fundos anuais e salários de professores (US GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE, 2019). Em muitos países africanos, o Hanban cobria a maioria dos custos, enquanto as universidades locais subsidiavam acomodação e instalações (LI; TIAN, 2015). Em contrapartida, a instituição anfitriã, usualmente uma universidade ou centro educacional, contribuía com a infraestrutura física — como salas de aula e escritórios — e o apoio administrativo necessário para o funcionamento local. Esse modelo de "parceria" era, na prática, um mecanismo eficaz de diplomacia cultural, permitindo que a China estabelecesse uma presença cultural de baixo custo e alta capilaridade, frequentemente incentivando a colaboração por meio de benefícios financeiros e de recursos acadêmicos. Contudo, essa dinâmica também gerava questões sobre a autonomia e a agenda dos parceiros locais, levantando dúvidas sobre a equidade do intercâmbio e o potencial de subordinação acadêmica aos interesses chineses. PAULINO (2019) destaca que, embora os ICs fossem percebidos como uma "plataforma de integração cultural e acadêmica", a estrutura de seu funcionamento não raro desfavorecia os ideais de reciprocidade.

Além das metas de projeção externa, os ICs também geravam benefícios domésticos para o partido-estado chinês. A popularidade internacional da língua chinesa reforçava o orgulho doméstico na cultura chinesa, sentimento fomentado pela mídia chinesa, como a Xinhua, que relatava a crescente demanda global por chinês devido à "crescente influência internacional da China" (XIA et al., 2020) A Competição de Proficiência Chinesa Bridge, organizada pelo Hanban, tornou-se um evento anual amplamente transmitido e assistido por milhões de cidadãos chineses. Economicamente, os ICs impulsionavam a internacionalização do ensino superior

da China, permitindo que as universidades chinesas construíssem suas marcas e atraíssem mais estudantes e receitas estrangeiras (REPNIKOVA, 2022).

A partir de 2018, porém, essa paisagem começou a se reconfigurar de forma um tanto abrupta, marcando uma fase de intensa pressão e adaptação na trajetória da diplomacia cultural chinesa. Preocupações crescentes no cenário internacional, particularmente nos Estados Unidos e na Europa, sobre questões de liberdade acadêmica, autonomia universitária e a percepção de uma instrumentalização cultural para fins estratégicos mais amplos, levaram a uma reavaliação crítica da presença e do modelo operacional dos Institutos Confúcio. As críticas se tornaram mais incisivas e abrangentes, mencionando desde a preocupação com a censura de temas politicamente delicados nos currículos dos Institutos (como as chamadas "três Ts": Tibete, Taiwan e o incidente da Praça da Paz Celestial, ou Tiananmen, questões de direitos humanos e o próprio sistema político chinês) até alegações de que os ICs funcionavam como ferramentas de propaganda estatal, promovendo uma visão sinocêntrica da cultura chinesa em detrimento de um intercâmbio genuíno. Um relatório divulgado pelo Subcomitê Permanente de Investigações do Senado dos EUA adverte que os ICs tentam exportar a censura da China ao debate político e impedir a discussão de tópicos potencialmente politicamente sensíveis (US SENATE PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS, 2019)

Na Austrália, o membro da Câmara dos Representantes, Bob Katter, pressionou o primeiro-ministro a "declarar os Institutos Confúcio uma ala de propaganda política do regime opressor e ditatorial que é o Partido Comunista Chinês" (MCILROY, 2020). A cobertura da mídia, especialmente no Ocidente, agravou ainda mais essas estruturas ideológicas, com veículos como o *New York Times* e o *Politico* retratando os ICs como ferramentas de *soft power* chinês ou parte de um esquema maior para a ascensão da China (REPNIKOVA, 2022). A persistente falta de transparência nos financiamentos e na gestão, frequentemente com a presença de funcionários chineses diretamente ligados ao governo em cargos de direção dos Institutos, gerava uma desconfiança generalizada sobre a neutralidade de suas operações e a integridade acadêmica das instituições anfitriãs. Tais preocupações alinharam-se diretamente com as características do *sharp power*

delineadas na Introdução, acendendo o alerta para a manipulação de informações e a supressão de discursos (NED, 2017; NYE, 2018).

Esse ambiente geopolítico mais atento e rigoroso foi intensificado por uma escalada nas tensões entre os Estados Unidos e a China, envolvendo disputas comerciais, segurança cibernética e uma crescente competição por influência global, tornando o modelo original dos Institutos Confúcio insustentável em muitas regiões. Nos EUA, em agosto de 2020, o Departamento de Estado designou o Centro dos EUA do Instituto Confúcio como uma missão estrangeira da República Popular da China, e o Senado aprovou uma medida que exige total supervisão das universidades sobre os ICs, sob pena de cortes de financiamento federal (REPNIKOVA, 2022). Como resultado, em março de 2021, 74 ICs nos Estados Unidos já haviam fechado ou planejavam fazê-lo (NATIONAL ASSOCIATION OF SCHOLARS, 2021). Movimentos semelhantes de desfiliação ou reconfiguração foram observados na Nova Zelândia, Austrália, e em toda a Europa, com a Suécia encerrando todas as parcerias em 2020, e universidades no Canadá, Reino Unido e França, como a Université Paris Cité, fechando seus centros. Assim, a reação internacional demonstrou os limites da diplomacia cultural quando percebida como uma ferramenta de coerção velada ou de restrição à liberdade acadêmica, desafiando abertamente a legitimidade do *soft power* exercido pela China.

Essa conjuntura levou em 2020 a uma reestruturação do próprio Hanban, o órgão gestor centralizado, que foi renomeado para "Centro para o Intercâmbio e Cooperação Linguística" (CLEC – Center for Language Education and Cooperation, em inglês). Essa mudança de nome e estrutura sinalizou uma tentativa de desvincular o programa do governo chinês e apresentar uma imagem de maior autonomia e foco em cooperação linguística e cultural mais descentralizada. ZHANG YIWU (2020, *apud* CHEN, 2020), professor da Universidade de Pequim, argumentou que essas mudanças "ajudarão a dispersar a má interpretação da rede, que se destina apenas ao ensino de idiomas e intercâmbios culturais" (REPNIKOVA, 2022). O CLEC, com sua nova roupagem, buscou reposicionar os programas de língua e cultura chinesas, enfatizando um caráter mais pedagógico e menos abertamente político, o que não impediu que ainda existissem preocupações subjacentes em relação à influência e à liberdade acadêmica em muitos círculos

internacionais, indicando a profundidade do ceticismo acumulado e a dificuldade em apagar a percepção de *sharp power* antes associada aos Institutos Confúcio.

Até o início de 2025, os programas antes conhecidos como Institutos Confúcio seguiram em um processo de adaptação contínua, funcionando agora sob a gestão do CLEC ou em outros formatos alternativos. Muitos desses programas foram integrados a departamentos universitários, com novas estruturas de governança e financiamentos ajustados para atender às exigências de transparência e autonomia acadêmica dos países anfitriões. Embora o número de parcerias diretas com o CLEC tenha diminuído em certas regiões, a disseminação da língua e cultura chinesa continua por diferentes formas, o que revela uma adaptação tática à nova realidade geopolítica.

A distribuição geográfica dos Institutos Confúcio em 2025 revela uma mudança significativa nas prioridades estratégicas da China, passando de uma tentativa de sedução das elites ocidentais para uma consolidação de influência no Sul Global e nos países parceiros da Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative - BRI).

#### Panorama Estatístico Global (Dados de Outubro de 2025)

<b>Indicador</b>	<b>Estatística Atual</b>	<b>Observação Geopolítica</b>
Total de Institutos Confúcio	510	Recuperação após fechamentos nos EUA
Total de Países e Regiões	164	Expansão recente para Argélia e Guiné-Bissau
Pico Histórico nos EUA (2018)	~100	Queda para menos de 5 em 2023
Representação na África	67	Foco crescente em treinamento técnico e agrícola
Representação na América Latina	44	Brasil (11)

(Zou, 2025)

Em contraste com a retração ocidental, a China tem tido sucesso considerável na África e no Sudeste Asiático. Na África, a estratégia evoluiu do ensino cultural puro para o "Chinês + Habilidades Técnicas". O Instituto Confúcio na Universidade de Egerton, no Quênia, destaca-se como o primeiro focado em conhecimento agrícola, integrando o mandarim com treinamento em horticultura, gestão de gado e enxertia de tomate. Essa abordagem utilitária garante que o aprendizado da língua seja visto como um investimento econômico direto para as populações locais.

Na Ásia Central e no Sul da Ásia, os institutos são frequentemente percebidos como "portas de entrada" para bolsas de estudo e empregos em projetos de infraestrutura financiados pela China através da BRI. No Paquistão, apesar de ataques violentos como o atentado suicida na Universidade de Karachi em 2022, a rede continua a ser um pilar da "amizade para todas as estações" entre os dois países. (Kumar, 2024)

A trajetória dos Institutos Confúcio destaca a complexidade da diplomacia cultural contemporânea e demonstra a existência de uma contínua atenção crítica em torno dessa tênue fronteira entre o *soft power* legítimo e as manifestações sutis do *sharp power*. Desde sua concepção até suas recentes mudanças e adaptações, o projeto demonstra um esforço substancial e dinâmico da China em moldar sua presença cultural global, ao mesmo tempo em que reage às pressões e críticas do sistema internacional.

O caso dos Institutos Confúcio não se esgota na narrativa oficial de promoção linguística e intercâmbio cultural. Sua trajetória, da expansão ao recuo estratégico, revela um objeto de análise que, para ser bem compreendido, exige um referencial externo capaz de ir além de simples declarações de intenção. É justamente esse referencial que o próximo capítulo se propõe a construir. A UNESCO, por meio da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, oferece os parâmetros normativos que permitirão, no Capítulo 3, avaliar em que medida a atuação dos Institutos Confúcio se aproxima ou se distancia de um diálogo intercultural autêntico.

## Capítulo 2

### **A UNESCO e a Convenção de 2005: Pilares para um Diálogo Intercultural Autêntico e a Proteção da Diversidade Cultural**

No cenário global contemporâneo, a crescente interconexão entre nações, culturas e economias, impulsionada pela globalização, apresenta tanto oportunidades quanto desafios significativos. Por um lado, observa-se um potencial sem precedentes para o intercâmbio cultural e o enriquecimento mútuo, à medida que expressões artísticas, ideias e tradições antes restritas a determinados contextos locais podem alcançar um público global, promovendo e democratizando a compreensão e a valorização da diversidade. Por outro, essa mesma permeabilidade das fronteiras, que facilita esse intercâmbio e o acesso a novos mercados, paradoxalmente, pode trazer uma ameaça à diversidade cultural, especialmente quando a cultura é instrumentalizada de forma estratégica, chegando a assumir contornos de *sharp power*, como discutido anteriormente.

Embora a conectividade entre diferentes locais e culturas possa dar a sensação de um mundo "encolhido" pela proximidade e acessibilidade, observa-se também uma tendência a uma certa uniformização cultural. Essa tendência, que se manifesta de maneira sutil (muitas vezes sendo naturalizada ou internalizada pelos próprios indivíduos como parte de suas escolhas culturais e de consumo, sem uma percepção imediata de "imposição externa"), é impulsionada pela hegemonia de conglomerados midiáticos e pela disseminação global de produtos culturais padronizados. Essa lógica de produção e consumo, que busca eficiência e previsibilidade para um apelo em escala global (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), acaba por ameaçar a riqueza que existe nas particularidades locais. Assim, pode-se afirmar que, ao se reduzir a cultura a uma forma mais previsível e, não raro, menos rica, o peculiar de cada lugar e de cada povo fica ameaçado. Isso acontece porque, na busca incessante por eficiência e por um alcance global, as expressões mais autênticas e variadas acabam perdendo espaço em favor justamente desses

produtos culturais padronizados e de apelo mais fácil, que se impõem pela sua ampla difusão e familiaridade.

É nesse contexto de homogeneização cultural — um fenômeno que empobrece a diversidade cultural imposta pela globalização (DE BEUKELAER; PYYKKÖNEN; SINGH, 2015) — que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) assume um papel central e estratégico. Diante das ameaças de uma cultura global cada vez mais padronizada e muitas vezes instrumentalizada, a UNESCO posiciona-se de forma ativa. Ela compreende que uma simples coexistência pacífica entre culturas seria insuficiente para os desafios contemporâneos. A passividade que nasceria dessa coexistência acabaria permitindo que a homogeneização cultural avançasse, por não haver uma defesa e promoção ativa da diversidade, e também não ofereceria a resistência necessária à instrumentalização cultural, que se beneficia justamente de contextos onde não há intercâmbio genuíno e equitativo. Conforme explicitado em seus documentos (UNESCO, 2010), em vez dessa passividade, a organização advoga por um ideal de intercâmbio dinâmico e mutuamente enriquecedor. Sua visão é de que as diversas expressões culturais devem interagir ativamente, gerando aprendizado recíproco e evoluindo em um processo colaborativo que se opõe vigorosamente à instrumentalização unilateral da cultura, rejeitando, por princípio, qualquer imposição ou hierarquia cultural, o que inclui as formas mais sutis de manipulação e coerção que se manifestam no *sharp power*.

Essa visão da UNESCO, que abarca a complexidade da cultura em todas as suas dimensões e busca ativamente moldar um cenário cultural interconectado e justo, não permaneceu apenas no campo das ideias. Ela encontrou sua expressão mais significativa e se tornou um instrumento concreto através da **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, adotada em 20 de outubro de 2005. Este documento se firmou como um referencial normativo essencial para a promoção de um diálogo intercultural autêntico e para a salvaguarda da inestimável riqueza criativa da humanidade.

A Convenção de 2005 da UNESCO destaca-se por sua abordagem singularmente inovadora, que a diferencia de outros instrumentos da organização.

Enquanto outras convenções se dedicam prioritariamente à preservação do patrimônio cultural – seja ele tangível, como monumentos históricos e sítios arqueológicos, ou intangível, a exemplo de rituais, línguas e tradições orais –, este documento pioneiro dirige seu foco para as "expressões culturais". Essa distinção é vital, pois, ao se concentrar nas expressões culturais – compreendidas como criações que manifestam uma dupla natureza, detendo tanto um profundo valor simbólico e identitário quanto um valor econômico - a Convenção propõe mais do que resguardar memórias culturais. Ela se posiciona ativamente diante dos desafios contemporâneos da globalização, que frequentemente tendem a mercantilizar a cultura, afirmando que tais expressões são vivas, dinâmicas e intrinsecamente ligadas à dignidade dos povos, portanto, inaptas a serem reduzidas a meras mercadorias (UNESCO, 2005). Na visão da UNESCO, a cultura não pode ser submetida a uma lógica puramente mercantil; ela constitui um pilar fundamental da identidade e da dignidade humana.

Tal abordagem mostra-se muito importante em um cenário global onde a interconexão, embora vasta, exige também um esforço contínuo para "navegar as dinâmicas globais e salvaguardar a pluralidade de expressões culturais", conforme apontado por De Beukelaer, Pyykkönen e Singh (2015) em sua obra *Globalization, Culture, and Development: The UNESCO Convention on Cultural Diversity*. A organização, de fato, se empenha em proteger essa diversidade em meio às pressões da homogeneização cultural, um fenômeno que "não apenas empobrece a diversidade global, mas também enfraquece a coesão social e o senso de pertencimento das populações afetadas".

A perspectiva que orienta a Convenção é, inegavelmente humanista. A diversidade cultural não é tratada meramente como um aspecto a ser tolerado, mas é elevada à categoria de "patrimônio comum da humanidade" e, de forma ainda mais enfática, um "imperativo ético inseparável do respeito pela dignidade da pessoa humana" (UNESCO, 2005). Isso implica que cada expressão cultural, de cada povo e comunidade, detém um valor intrínseco e inalienável. O respeito a essa diversidade, portanto, é tão fundamental quanto o respeito pela própria vida e pelos direitos humanos. Essa compreensão recusa a noção de que a cultura seja um elemento passivo a ser simplesmente conservado, reconhecendo-a, em vez disso,

como uma fonte inesgotável de intercâmbio, inovação e criatividade, capaz de atuar como um motor de desenvolvimento e contribuir significativamente para a solução de desafios sociais e econômicos. Essa capacidade de impulsionar o desenvolvimento e a coesão social, contudo, não diminui seu caráter de "fim em si mesma"; pelo contrário, é precisamente o seu valor intrínseco que a habilita a desempenhar esses papéis mais amplos, sem que sua essência seja comprometida. Pérez de Cuéllar (1995), por exemplo, amplifica essa visão ao conceber a cultura não como *apenas* um fim em si mesma, mas, *justamente por essa natureza intrínseca*, como um "elemento transversal e habilitador do desenvolvimento sustentável e da coesão social".

### **Princípios Orientadores da Convenção de 2005: A Estrutura Normativa Crítica**

A sustentação filosófica e operacional da Convenção de 2005 encontra-se em seus Princípios Orientadores (Artigo 2). Eles desvendam a amplitude da visão da UNESCO para o diálogo e a diversidade cultural. Mais do que simples declarações teóricas, esses princípios constituem um robusto arcabouço normativo, servindo como uma baliza essencial para a avaliação da legitimidade e da eficácia de qualquer iniciativa de diplomacia cultural no cenário global. Essa estrutura normativa é, em sua essência, uma base contrária a qualquer forma de instrumentalização cultural que se desvirtue para o *sharp power*. Os ideais de diálogo intercultural autêntico, respeito irrestrito aos direitos humanos e liberdades fundamentais (Artigo 2.1), igual dignidade e respeito por todas as culturas sem hierarquias (Artigo 2.5), e a rejeição da subordinação cultural a ganhos puramente materiais ou geopolíticos (Artigo 2.3), funcionam como defesa contra as táticas de manipulação, opacidade, censura e coerção que definem o *sharp power*. Em outras palavras, a UNESCO, por meio desses princípios, delinea o campo onde a cultura floresce de forma livre e genuína, opondo-se às tentativas de uso cultural que visam minar a autonomia ou distorcer narrativas em benefício de agendas estatais.

Em essência, esses princípios estabelecem os alicerces éticos e práticos sobre os quais a interação cultural entre as nações deveria se pautar, sendo o referencial fundamental para discernir se uma prática cultural se alinha a um diálogo

autêntico ou se, por sua opacidade e intenção manipuladora, se enquadra na categoria de *sharp power*, como explorado na Introdução desta dissertação.

É importante detalhar e analisar cada um desses princípios fundamentais:

- **Princípio do Respeito aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (Artigo 2.1):** Este é o alicerce fundamental sobre o qual toda a Convenção se ergue. A UNESCO sustenta que a promoção da diversidade cultural só se torna plenamente possível quando há garantia irrestrita dos direitos humanos e das liberdades fundamentais – como a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e a autonomia individual para a escolha das próprias expressões culturais. Sem dignidade humana e liberdade, a diversidade genuína simplesmente não pode florescer. Este princípio adquire particular ressonância ao considerar-se práticas que possam implicar censura ou restrição de conteúdo, ou a manipulação de ambientes acadêmicos, características frequentemente associadas ao *sharp power*, pois ressalta que a ausência de tais liberdades inevitavelmente compromete a própria autenticidade e integridade do intercâmbio cultural.
- **Princípio de Soberania (Artigo 2.2):** Este princípio assegura aos Estados o direito inalienável de formular e implementar suas próprias políticas e medidas culturais. O objetivo é proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seus respectivos territórios, o que inclui a prerrogativa de intervir no mercado cultural. Trata-se do reconhecimento da autoridade nacional sobre sua produção cultural e da capacidade de moldar seu ambiente cultural sem ingerências externas, resguardando-o de imposições.
- **Princípio da Complementaridade entre os Aspectos Econômicos e Culturais do Desenvolvimento (Artigo 2.3):** Sublinha que as atividades, bens e serviços culturais possuem, de forma intrínseca, dimensões tanto econômicas quanto culturais. A Convenção exige que essas dimensões sejam consideradas de maneira equilibrada, prevenindo que uma prevaleça indevidamente sobre a outra. Para a UNESCO, o desenvolvimento cultural

é tão vital quanto o econômico, e a cultura não deve, em hipótese alguma, ser reduzida a um mero instrumento para ganhos materiais ou para uma projeção geopolítica desprovida de seu valor intrínseco, o que se tornaria ainda mais preocupante quando essa instrumentalização cruza a fronteira da manipulação.

- **Princípio da Solidariedade e da Cooperação Internacional (Artigo 2.4):** Neste contexto, a cooperação entre as nações é considerada essencial para fortalecer a capacidade dos países, sobretudo daqueles em desenvolvimento, em criar, produzir, difundir e garantir o acesso a uma ampla gama de suas próprias expressões culturais. Este princípio visa corrigir desequilíbrios nos fluxos culturais globais, fomentando um ambiente de apoio mútuo, em vez de concorrência ou dominação. Sua essência reside em promover um "fortalecimento cultural autônomo, livre de agendas políticas e ideológicas", o que, por si só, se opõe vigorosamente a qualquer uso manipulativo ou coercitivo de recursos culturais para servir a interesses externos. Ele se choca frontalmente com a instrumentalização da cultura para a promoção de agendas econômicas ou políticas específicas, como a facilitação de negócios ou o alinhamento de posições em fóruns internacionais, práticas que desvirtuam a solidariedade e a cooperação, transformando-as em meios para alcançar fins utilitários e unilaterais. Nesse sentido, a ausência de uma reciprocidade robusta, observada em iniciativas que projetam majoritariamente a cultura de um único país sem oferecer plataformas de dimensão comparável para outras culturas, representa uma clara falha em relação a este princípio, que busca um intercâmbio equitativo e de mão dupla.
- **Princípio da Igual Dignidade e Respeito por Todas as Culturas (Artigo 2.5):** Este princípio revela-se central para a formulação da UNESCO de um "diálogo intercultural autêntico", demandando o reconhecimento do valor intrínseco e da igual dignidade de todas as culturas, sem qualquer hierarquia, e abrangendo as culturas de minorias e povos autóctones. Constitui o verdadeiro ponto de partida para um enriquecimento mútuo genuíno, atuando como uma firme defesa contra qualquer visão sino-cêntrica ou de

centralidade cultural que, ao se impor ou manipular narrativas, poderia minar a equidade intrínseca a um diálogo intercultural verdadeiramente autêntico. Este é o princípio mais diretamente tensionado pela instrumentalização cultural que se aproxima do *sharp power*, pois rejeita a premissa de que qualquer cultura possa ser superior ou servir como referencial primordial em um intercâmbio. Quando há a percepção de que aspectos controversos de uma cultura são suprimidos ou que a liberdade de expressão é cerceada em nome de uma "representação polida" (Paschalidis, 2009), ou quando tópicos "sensíveis" são evitados, a dignidade intrínseca dessa cultura de ser apresentada em sua totalidade é comprometida. A imposição de currículos padronizados, a censura de temas políticos delicados e a falta de autonomia acadêmica em relação ao conteúdo transmitido colidem com este pilar fundamental da UNESCO, que defende o direito de cada cultura de florescer plenamente e de ser respeitada em sua complexidade. A esse respeito, Paschalidis (2009) já alertava que "projetar a cultura nacional no exterior consiste essencialmente em representar a nação, convertendo-a em uma performance e, assim, ironicamente, revelando a sua verdade fundamental como uma construção cultural, como uma obra de arte elaborada", o que, por sua vez, exige vigilância sobre uma "representação polida" e a omissão de aspectos potencialmente controversos.

- **Princípio do Diálogo Intercultural (Artigo 2.6):** Este princípio encoraja ativamente o diálogo entre culturas como uma estratégia para construir pontes, promover a compreensão e o respeito mútuos – elementos esses que são fundamentais para a paz e o desenvolvimento sustentável. A UNESCO o concebe não como uma mera tolerância passiva ou coexistência de culturas, mas como um processo dinâmico e contínuo de troca aberta e respeitosa, que visa aprofundar a compreensão de diversas perspectivas, fomentando a igualdade e a colaboração (UNESCO, 2010). Esta concepção é vital para a dissertação, pois serve como o ideal contra o qual as práticas de diplomacia cultural, como as dos Institutos Confúcio, podem ser avaliadas em termos de sua autenticidade. Um diálogo intercultural genuíno pressupõe que todas as vozes culturais tenham igual oportunidade de se

expressar e ser ouvidas, sem que uma narrativa seja imposta ou privilegiada sobre as demais. Qualquer tentativa de manipular ou direcionar o conteúdo de um intercâmbio cultural para promover uma visão unilateral ou para evitar temas "sensíveis" contraria a própria essência de um diálogo aberto e respeitoso. Por isso, a capacidade de uma iniciativa cultural de realmente construir pontes e gerar compreensão mútua, sem subordinação a interesses estratégicos, é diretamente medida pela sua adesão a este princípio fundamental, que materializa a forma plena como os ideais de igual dignidade cultural (Artigo 2.5) e liberdade de expressão (Artigo 2.1) devem se manifestar na interação entre diferentes culturas.

- **Princípio do Desenvolvimento Sustentável (Artigo 2.7):** Reafirma categoricamente que a diversidade cultural é um componente indispensável para o desenvolvimento sustentável de indivíduos, comunidades e países. Sua contribuição se estende a uma vida intelectual, emocional, moral e espiritual plena. Nesse sentido, a cultura é vista como um recurso vital e um facilitador essencial para o bem-estar coletivo.
- **Princípio de Acesso Equilibrado (Artigo 2.8):** Este princípio busca assegurar um fluxo equitativo de bens e serviços culturais e incentivar a mobilidade de artistas e profissionais da cultura, com uma atenção particular às necessidades dos países em desenvolvimento. O objetivo é criar as condições ideais para que todas as culturas possam prosperar e ser acessadas globalmente.

A própria conceituação de diálogo intercultural pela UNESCO ultrapassa a simples tolerância ou coexistência cultural. Trata-se, de fato, de um processo dinâmico e contínuo de troca aberta e respeitosa entre indivíduos, grupos e organizações de diferentes origens culturais e visões de mundo. Seu propósito é aprofundar a compreensão de múltiplas perspectivas, ampliar a participação e a liberdade de escolha, promover a igualdade e otimizar processos criativos, sempre rechaçando qualquer imposição ou hierarquia cultural (UNESCO, 2010). Essa visão encontra respaldo em Javier Pérez de Cuéllar (1995), que percebe a cultura tanto

como um fim em si mesma, quanto como um elemento transversal e habilitador tanto do desenvolvimento sustentável quanto da coesão social.

Em termos práticos, a Convenção de 2005 representa um instrumento legal internacional juridicamente vinculante, tendo sido ratificada por 153 Estados Partes e pela União Europeia até o início de 2025 (UNESCO, 2025), o que inegavelmente sublinha seu amplo reconhecimento global.

É um ponto interessante de se observar o fato de que a própria China tenha ratificado a Convenção em 21 de janeiro de 2007, um dado que adquire particular relevância na análise da aderência de suas iniciativas culturais aos parâmetros aqui estabelecidos. A decisão chinesa de ratificar a Convenção em 2007, durante um período de intensa promoção da sua narrativa de "ascensão pacífica" e da busca por uma imagem global de responsabilidade e *soft power* (MENECELLI FILHO, 2018), pode ser interpretada como um movimento estratégico multifacetado. Ao alinhar-se com um importante instrumento multilateral de proteção à diversidade cultural, a China visava fortalecer sua legitimidade internacional, contrapor-se à "teoria da ameaça chinesa" e criar um arcabouço normativo favorável para suas próprias iniciativas de diplomacia cultural, como os Institutos Confúcio, lançados poucos anos antes (2004). Contudo, a ratificação de convenções internacionais, por si só, não garante uma adesão plena e inquestionável aos seus princípios em todas as práticas de política externa. Muitos Estados-membros, embora signatários, podem demonstrar variados graus de coerência na implementação desses ideais, utilizando o arcabouço normativo de forma instrumental para legitimar suas ações enquanto perseguem interesses nacionais. A análise subsequente dos Institutos Confúcio, neste trabalho, buscará, portanto, discernir em que medida a prática chinesa se alinha ou se desvia dos compromissos assumidos perante a UNESCO.

Para os Estados-Membros signatários, a Convenção funciona como uma valiosa ferramenta para a formulação de políticas culturais robustas, para a promoção da criatividade e para o incentivo à cooperação internacional. Ela não se propõe a "engessar" as culturas, mas, ao contrário, busca garantir as condições favoráveis para que elas floresçam, interajam e se renovem em um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo, como exemplificado pelo Fundo Internacional

para a Diversidade Cultural (FIDC), que apoia projetos em países em desenvolvimento.

A discussão sobre as motivações da ratificação chinesa e a variabilidade na adesão prática dos Estados ilustra a complexidade da diplomacia cultural. No entanto, é justamente diante desse cenário multifacetado e da possibilidade de instrumentalização das normativas que a UNESCO, por meio de sua Convenção de 2005, se afirma como um referencial conceitual e normativo robusto. Ela visa compreender e promover um diálogo intercultural que preza pela equidade, pelo respeito mútuo e pela liberdade de expressão. Este capítulo, ao delinear esses princípios e seu significado, estabeleceu a lente crítica e o arcabouço teórico através do qual o presente trabalho se propõe a realizar uma análise aprofundada das estratégias, operações e do impacto dos Institutos Confúcio. Tendo compreendido esse ideal normativo e o compromisso teórico dos signatários, o próximo capítulo se dedicará a explorar a gênese e a visão oficial da diplomacia cultural chinesa, focando nos Institutos Confúcio como o principal instrumento dessa projeção, preparando o terreno para o contraste crítico com os princípios da UNESCO.

## Capítulo 3

### Institutos Confúcio à luz dos Princípios da UNESCO

A jornada dos Institutos Confúcio, marcada por sua expansão global e por várias adaptações, ocorreu de forma mais acentuada a partir de 2018. Essas transformações foram uma resposta direta a um aumento expressivo de críticas internacionais e a um cenário geopolítico que se tornou consideravelmente mais atento e rigoroso na observação da atuação chinesa no mundo. A intensificação das contestações, que desafiavam a legitimidade de suas operações e a compatibilidade com os valores de liberdade e autonomia, reconfigurou profundamente a atuação dessas instituições em diversas regiões.

O debate sobre a liberdade acadêmica é talvez o ponto mais crítico na relação entre os Institutos Confúcio e as democracias liberais. A UNESCO, em seus documentos éticos, enfatiza que a diversidade cultural só pode florescer se houver garantia de liberdade de pensamento, expressão e informação. A presença de uma instituição financiada por um governo de partido único dentro de universidades autônomas levanta questões fundamentais sobre a integridade do espaço acadêmico.

A natureza dessas críticas, impulsionadas pela percepção de manipulação nas operações dos Institutos, elevou a percepção de instrumentalização cultural a uma manifestação de *sharp power*. Conforme já explorado na Introdução e articulado por autores como Nye (2018), o *sharp power* se distingue do *soft power* genuíno pela sua capacidade de se infiltrar e distorcer ambientes democráticos, minando a autonomia crítica através de táticas que, embora não coercitivas de forma explícita, exercem pressão indireta e sutil. Um exemplo emblemático dessa percepção ocorreu nos Estados Unidos, onde o Government Accountability Office (GAO) documentou em 2019 que acordos entre Institutos Confúcio e universidades americanas frequentemente incluíam cláusulas que limitavam discussões sobre temas sensíveis à China. A Universidade de Chicago fechou seu Instituto Confúcio em 2014 após protestos de professores que alegaram que a presença do instituto comprometia a liberdade acadêmica, especialmente em relação a debates sobre

direitos humanos, Tibet e Taiwan (Human Rights Watch, 2019). Já na Austrália, seis universidades também fecharam seus Institutos Confúcio entre 2019 e 2025, incluindo a Australian National University e a University of New South Wales, citando preocupações com interferência estrangeira e falta de transparência (ABC News, 2025). O Parlamento Australiano chegou a investigar formalmente as operações dos Institutos, com testemunhos de acadêmicos relatando autocensura e pressão para evitar tópicos considerados "sensíveis" pelo governo chinês.

É importante reconhecer que se para a China, os institutos são vistos como um "investimento na amizade", visando criar uma base de futuros líderes e profissionais em outros países que tenham uma visão simpática ao modelo de desenvolvimento chinês. No entanto, a percepção desta estratégia varia significativamente entre o "Norte Global" e o "Sul Global", tendo em vista que no "Sul Global", não há registros de exigências de censura. Essa variação geopolítica na percepção dos Institutos Confúcio não invalida os princípios da UNESCO, mas pode provocar uma reflexão crítica sobre sua aplicação universal. O que em democracias liberais é interpretado como *sharp power* (restrições a temas sensíveis, controle governamental sobre currículos) pode ser percebido em outros contextos como custo aceitável por benefícios educacionais e econômicos reais. A fronteira entre *soft power* legítimo e *sharp power*, portanto, não seria uma linha fixa desenhada pela teoria, mas sim um campo de disputa onde valores, interesses e percepções geopolíticas se entrelaçam de maneiras distintas conforme a região, o sistema político e a posição de cada país na ordem internacional. Reconhecer essa variação não seria uma tentativa de relativizar os princípios normativos da UNESCO, mas compreender que sua operacionalização acaba sendo impactada por contextos históricos, políticos e culturais específicos.

Mesmo diante dessas variações, entretanto, a percepção de instrumentalização e as preocupações geopolíticas mais amplas persistiram, levando a reestruturações e fechamentos globais. A questão, portanto, não se resume à ocorrência explícita da censura em todo o mundo, mas à estrutura de controle e à reputação gerada por incidentes em algumas partes do mundo.

O cenário da rivalidade estratégica entre Estados Unidos e China, que se intensificou desde o final da década de 2000, amplificou significativamente as

suspeitas sobre os Institutos Confúcio. Em 2018, o Senado dos Estados Unidos aprovou o National Defense Authorization Act (NDAA), que proibia universidades que recebiam financiamento do Departamento de Defesa de hospedar Institutos Confúcio, a menos que obtivessem uma isenção específica. Esta medida legislativa foi justificada por preocupações de segurança nacional, com senadores argumentando que os Institutos poderiam servir como plataformas para espionagem e influência política chinesa (Congress.gov, 2019). Como resultado, mais de 100 Institutos Confúcio nos Estados Unidos foram fechados entre 2017 e 2021, reduzindo o número de aproximadamente 110 para menos de 50 (Melbourne Asia Review, 2022).

Na Europa, a resposta também foi contundente. A Suécia fechou todos os seus Institutos Confúcio em 2020, com o Ministro da Educação declarando que "não há espaço para influência estrangeira que comprometa a independência acadêmica das universidades suecas" (Human Rights Foundation, 2025). Na França, a Université Paris Cité encerrou seu Instituto Confúcio em 2019 após críticas de que o programa não respeitava os princípios de liberdade acadêmica. Na Alemanha, várias universidades, incluindo a Universidade de Hamburgo, encerraram parcerias, citando incompatibilidade com os valores de autonomia universitária. O Parlamento Europeu emitiu uma resolução em 2019 expressando preocupação com a "falta de reciprocidade e transparência" nas operações dos Institutos Confúcio (China Observers, 2024). Essas medidas legislativas e administrativas em vários continentes refletem uma transformação mais profunda na percepção internacional sobre a natureza das operações dos Institutos Confúcio, movendo-as do campo da cooperação educacional para o domínio das preocupações de segurança nacional.

Essa transformação na percepção está intimamente ligada à forte percepção de instrumentalização da cultura na atuação dos Institutos Confúcio, que se tornou o principal ponto de tensão com os princípios da UNESCO. Estudos de Zhou e Luk (2016) e Huang e Xiang (2018) mostraram que as motivações dos ICs eram complexas e interligadas, envolvendo interesses educacionais, econômicos, políticos e de imagem nacional. A demanda mundial pela língua chinesa, estimulada pela economia da China, foi uma base legítima. Contudo, essa base se

expandiu para objetivos como a mitigação da "Teoria da Ameaça Chinesa", o aprimoramento da imagem nacional e a redução de divergências políticas em fóruns internacionais. Pesquisas acadêmicas corroboram essa instrumentalização multifacetada: um estudo publicado no *Journal of Contemporary China* (Zhou & Luk, 2016) demonstrou que a localização dos Institutos Confúcio estava estatisticamente correlacionada não apenas com a demanda por ensino de chinês, mas também com a importância estratégica dos países para os interesses comerciais e diplomáticos da China. Huang e Xiang (2018), em análise quantitativa de larga escala publicada no *Journal of Chinese Political Science*, identificaram que países que votavam alinhados com a China em resoluções da ONU tinham maior probabilidade de receber Institutos Confúcio, sugerindo uma dimensão de influência política deliberada.

Essa instrumentalização multifacetada encontra tensão direta com os princípios estabelecidos pela Convenção de 2005 da UNESCO. A Convenção, no Artigo 2.3, reconhece a ligação entre aspectos econômicos e culturais. No entanto, o temor persistente de que os ICs reduzissem as expressões culturais a simples ferramentas geopolíticas, ou funcionassem como um "disfarce para o uso de *hard power*" (Zhou & Luk, 2016), sugere um desvio do equilíbrio proposto pela UNESCO, que prioriza o valor intrínseco da cultura. Quando a cultura é percebida como subserviente a agendas nacionais estratégicas, sua capacidade de criar um diálogo genuíno e desinteressado é profundamente comprometida. Essa percepção de subordinação cultural a objetivos geopolíticos torna-se ainda mais problemática quando examinamos dimensões específicas da operação dos Institutos Confúcio, particularmente no que diz respeito à autonomia acadêmica e à liberdade de expressão.

A autonomia acadêmica e a liberdade de expressão foram dimensões especialmente sensíveis dos Institutos Confúcio, em contraste com os princípios da UNESCO. Preocupações recorrentes com a censura de temas politicamente delicados – os "três Ts" (Tibete, Taiwan e Tiananmen), questões de direitos humanos e o próprio sistema político da China – colidiram diretamente com o Princípio do Respeito aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (Artigo 2.1) da Convenção de 2005. Casos documentados ilustram concretamente essas

preocupações e demonstram como a teoria se manifesta na prática institucional. A Universidade McMaster, no Canadá, vivenciou em 2013 um caso emblemático quando a professora Sonia Zhao, instrutora do Instituto Confúcio na instituição, processou a universidade alegando que foi demitida por praticar Falun Gong, movimento espiritual banido na China. Zhao testemunhou que foi instruída a não discutir tópicos sensíveis e que o Instituto Confúcio operava sob diretrizes políticas diretas do Partido Comunista Chinês. O caso gerou ampla cobertura midiática e levou ao fechamento do Instituto Confúcio na universidade em 2013, com a administração citando incompatibilidade com os princípios de liberdade acadêmica (Human Rights Watch, 2019).

De forma parecida, na Universidade de Lyon, França, em 2013, a diretora do Instituto Confúcio, Marie-Françoise Renard, renunciou publicamente em protesto contra a censura imposta pelo Hanban. Renard denunciou que foi proibida de convidar o Dalai Lama para um evento acadêmico e que o Instituto Confúcio exercia controle sobre o conteúdo dos cursos e eventos culturais, impedindo discussões sobre Tibet, Taiwan e direitos humanos. Sua renúncia foi acompanhada de uma carta aberta criticando a falta de autonomia acadêmica e a subordinação do instituto a interesses políticos chineses (Melbourne Asia Review, 2022). Na Universidade de Estocolmo, Suécia, o Instituto Confúcio foi fechado em 2015 após a universidade concluir que os acordos contratuais com o Hanban violavam os princípios de independência acadêmica. A investigação revelou que o Instituto Confúcio tinha poder de veto sobre contratações de professores e conteúdo curricular, e que havia cláusulas contratuais exigindo conformidade com as leis chinesas, incluindo restrições à liberdade de expressão. A Associação Sueca de Professores Universitários emitiu declaração afirmando que "nenhuma universidade sueca deveria aceitar acordos que comprometam a liberdade acadêmica em troca de financiamento estrangeiro" (Human Rights Foundation, 2025).

Nos Estados Unidos, onde o debate sobre liberdade acadêmica tem uma forte tradição, a Universidade de Chicago vivenciou mobilização significativa quando mais de 100 professores assinaram uma petição em 2014 exigindo o fechamento do Instituto Confúcio, argumentando que sua presença comprometia a

integridade acadêmica da universidade. Os professores citaram preocupações com autocensura, controle curricular pelo governo chinês e incompatibilidade com os valores de livre investigação. O Instituto foi fechado em 2014, com a universidade reconhecendo que "os acordos com o Hanban não eram consistentes com nossos princípios de governança acadêmica" (Congress.gov, 2019). No hemisfério sul, a Universidade Nacional Australiana fechou seu Instituto Confúcio em 2019 após investigação parlamentar que revelou que estudantes chineses eram monitorados e que havia pressão para evitar discussões sobre Hong Kong, Xinjiang e direitos humanos. Testemunhos de acadêmicos indicaram que a presença do Instituto Confúcio criava um "efeito inibidor" sobre a pesquisa e o ensino relacionados à China (ABC News, 2025).

Esses casos documentados, distribuídos geograficamente por três continentes e temporalmente ao longo de mais de uma década, revelam um padrão sistemático.

Para a UNESCO, a diversidade cultural baseia-se na dignidade humana e na liberdade de expressão, impondo um padrão rigoroso para o intercâmbio. Qualquer percepção de restrição a debates ou temas de pesquisa, mesmo que sutilmente induzida pela dependência de financiamento ou autocensura, compromete a premissa de um diálogo intercultural autêntico. A UNESCO, ao afirmar que "não há diversidade genuína sem dignidade humana e liberdade", expõe a incompatibilidade de um intercâmbio cultural sob condicionalidades ideológicas. Essa incompatibilidade se manifesta não apenas nas restrições à liberdade de expressão, mas também na própria concepção cultural que os Institutos Confúcio projetam, particularmente no que diz respeito à questão da igual dignidade das culturas.

A própria essência da projeção cultural chinesa pelos Institutos Confúcio também pode gerar um debate sobre igualdade em termos de dignidade das culturas. A escolha estratégica do nome "Confúcio", ao mesmo tempo que celebra a rica herança cultural chinesa, revela um ponto delicado quando confrontado com a visão da UNESCO devido à natureza da filosofia confuciana. Embora Confúcio pregue a harmonia e a ordem moral, seu pensamento está intrinsecamente ligado a uma estrutura social e política hierárquica, baseada em relações de subordinação e

respeito à autoridade. Confúcio não personifica apenas um arcabouço filosófico de harmonia e ordem moral, mas também um modelo histórico de governança profundamente enraizado na tradição chinesa, que valoriza a hierarquia e o respeito à autoridade. Essa postura, implícita na escolha do patrono, entra em tensão direta com os Princípios da Igual Dignidade e Respeito por Todas as Culturas (Artigo 2.5) e do Diálogo Intercultural (Artigo 2.6) da UNESCO, conforme detalhado anteriormente nessa dissertação. Esses princípios defendem a horizontalidade e a não hierarquia cultural, opondo-se a uma visão sinocêntrica que, por mais que celebre a riqueza de sua herança, levanta questionamentos sobre o equilíbrio do intercâmbio e o potencial de se alinhar a características de *sharp power*, em que uma visão específica é promovida em detrimento da pluralidade de perspectivas.

Essa questão do sinocentrismo torna-se mais evidente quando se examina a ausência de reciprocidade cultural autêntica que caracteriza as operações dos Institutos Confúcio. Enquanto os Institutos Confúcio promovem ativamente a língua e cultura chinesas em mais de 160 países, a China oferece oportunidades comparativamente limitadas para a promoção de culturas estrangeiras em seu território. Um exemplo ilustrativo dessa assimetria pode ser observado na iniciativa *Belt and Road* (BRI): enquanto a China estabeleceu centenas de Institutos Confúcio e Salas de Aula Confúcio em países participantes da BRI, não há evidências de programas equivalentes de países da BRI operando na China com autonomia e escala comparáveis. Pesquisadores como Repnikova (2022) documentaram que, embora a China tenha expandido programas de bolsas para estudantes estrangeiros, esses programas são frequentemente acompanhados de restrições sobre o que pode ser estudado e discutido, especialmente em relação a tópicos politicamente sensíveis. A falta de instituições culturais estrangeiras operando livremente na China – como equivalentes chineses do British Council, Alliance Française ou Goethe-Institut com autonomia curricular e administrativa – sugere uma relação unilateral que contradiz os princípios de Solidariedade e Cooperação Internacional (Artigo 2.4) e Acesso Equilibrado (Artigo 2.8) da Convenção de 2005. Essa assimetria levanta uma questão fundamental sobre como os Institutos Confúcio se comparam a outras instituições de diplomacia cultural estabelecidas por países democráticos ocidentais.

Uma questão fundamental que nasce dessa análise é: em que medida os Institutos Confúcio se diferem substantivamente de instituições ocidentais como o British Council, Alliance Française e Goethe-Institut? Embora todas essas organizações promovam *soft power* cultural, existem diferenças estruturais e operacionais significativas que merecem exame detalhado. O British Council, estabelecido em 1934, opera como uma organização de caridade independente (charity) sob Royal Charter, com governança própria e conselho de administração independente. Embora receba financiamento do governo britânico (aproximadamente 15% de seu orçamento), a maior parte de sua receita vem de serviços educacionais e parcerias comerciais. O British Council possui autonomia curricular e não está subordinado diretamente a diretrizes governamentais sobre conteúdo acadêmico (British Council, 2015). De forma semelhante, a Alliance Française, fundada em 1883, opera como uma rede descentralizada de associações locais sem fins lucrativos, com alto grau de autonomia. Cada Alliance Française é uma entidade jurídica independente, governada localmente, embora mantenha vínculos com a Fondation Alliance Française em Paris. A governança é compartilhada entre membros locais e franceses, e não há controle direto do governo francês sobre currículo ou operações (Ang et al., 2015). O modelo alemão segue princípios similares: o Goethe-Institut, criado em 1951, é uma associação sem fins lucrativos (eingetragener Verein) com autonomia legal e administrativa. Embora financiado majoritariamente pelo Ministério das Relações Exteriores alemão, o Goethe-Institut possui estatuto que garante independência programática e curricular. Seu conselho diretor inclui representantes da sociedade civil, acadêmicos e figuras culturais, não apenas funcionários governamentais (British Council, 2015).

Já os Institutos Confúcio, até 2020, eram gerenciados diretamente pelo Hanban, órgão subordinado ao Ministério da Educação chinês e vinculado ao Partido Comunista Chinês. Os acordos contratuais com universidades anfitriãs frequentemente incluíam cláusulas que garantiam ao Hanban poder de veto sobre contratações, conteúdo curricular e eventos culturais. O Government Accountability Office dos EUA (2019) documentou que os acordos eram padronizados e incluíam linguagem exigindo conformidade com as leis chinesas, incluindo restrições à liberdade de expressão. Mesmo após a reestruturação para o

CLEC em 2020, a estrutura de controle permaneceu centralizada, com o CLEC mantendo vínculos diretos com o governo chinês (US GAO, 2019). Essas diferenças estruturais na governança são acompanhadas por distinções igualmente significativas em termos de transparência e reciprocidade. As instituições ocidentais operam em contextos democráticos com maior transparência financeira e prestação de contas pública. Seus orçamentos, governança e atividades são geralmente acessíveis ao escrutínio público. Além disso, países ocidentais permitem operações recíprocas de instituições culturais estrangeiras em seus territórios com autonomia comparável (British Council, 2015). Por outro lado, os Institutos Confúcio foram criticados pela falta de transparência em financiamento e governança. Acordos contratuais frequentemente incluíam cláusulas de confidencialidade, impedindo universidades de divulgar termos completos. A reciprocidade é limitada: enquanto Institutos Confúcio operam globalmente, instituições culturais estrangeiras na China enfrentam restrições significativas, incluindo censura de conteúdo e limitações operacionais (Human Rights Watch, 2019).

A questão da liberdade acadêmica constitui talvez a diferença mais fundamental entre esses modelos de diplomacia cultural. Embora as instituições ocidentais promovam suas respectivas culturas e línguas, geralmente não impõem restrições sobre discussão de tópicos politicamente sensíveis. Professores e estudantes têm liberdade para abordar criticamente aspectos da história, política e sociedade dos países que representam (Ang et al., 2015). Em contrapartida, conforme já mencionado, há uma documentação extensiva que indica restrições sistemáticas nos Institutos Confúcio a discussões sobre Tibet, Taiwan, Tiananmen, Falun Gong, Hong Kong, Xinjiang e direitos humanos. Casos de censura a professores e estudantes foram amplamente relatados (Human Rights Watch, 2019; Melbourne Asia Review, 2022). Essa análise comparativa revela que, embora todas as instituições de diplomacia cultural promovam interesses nacionais, os Institutos Confúcio operam com menor autonomia, menor transparência e maiores restrições à liberdade acadêmica do que suas contrapartes ocidentais. A diferença não está na existência de agendas nacionais, que são inevitáveis em qualquer diplomacia cultural, mas no grau de controle governamental direto, na

ausência de reciprocidade e na incompatibilidade com princípios de liberdade acadêmica que caracterizam ambientes universitários democráticos.

Em resposta às críticas crescentes e ao fechamento de muitas unidades ao redor do mundo, a China implementou uma reestruturação significativa em 2020. O Hanban (Escritório Nacional de Ensino de Chinês como Língua Estrangeira), que havia gerenciado os Institutos Confúcio desde sua criação em 2004, foi oficialmente dissolvido e substituído pelo Centro de Educação e Cooperação Linguística Internacional (CLEC - Center for Language Education and Cooperation). Esta transição foi apresentada pelo governo chinês como uma resposta às preocupações internacionais sobre autonomia acadêmica e transparência. O Ministério da Educação chinês anunciou que a reestruturação visava "despolitizar" os Institutos Confúcio e transformá-los em organizações mais descentralizadas e orientadas para a educação. Xu Lin, então diretora-geral do Hanban, declarou que a mudança representava "um novo capítulo na cooperação educacional internacional da China, com maior ênfase na parceria igualitária e no respeito mútuo" (Xinhua News, 2020).

Porém, análises críticas de acadêmicos e observadores internacionais sugeriram que a reestruturação foi "para inglês ver", mantendo estruturas de controle essencialmente inalteradas. Pesquisadores do Mercator Institute for China Studies (MERICS) argumentaram que "a mudança de marca do Hanban para CLEC não alterou fundamentalmente a subordinação dos Institutos Confúcio ao Partido Comunista Chinês nem abordou as preocupações centrais sobre liberdade acadêmica e transparência" (MERICS, 2021). O CLEC permaneceu sob a supervisão do Ministério da Educação chinês e manteve vínculos diretos com o Departamento de Trabalho de Frente Unida do Partido Comunista, responsável por operações de influência no exterior (China Observers, 2024). Documentos oficiais chineses revelaram que a estrutura de financiamento e governança permaneceu centralizada. O CLEC continuou a fornecer financiamento direto, materiais didáticos padronizados e diretrizes curriculares para os Institutos Confúcio globalmente. Acordos contratuais pós-2020 analisados por pesquisadores da Australian Strategic Policy Institute (ASPI) mostraram que cláusulas sobre conformidade com leis chinesas e restrições a discussões sobre tópicos sensíveis

permaneceram em vigor, embora com linguagem ligeiramente modificada (ASPI, 2021).

A resposta internacional à reestruturação refletiu esse ceticismo generalizado. Nos Estados Unidos, o número de Institutos Confúcio continuou a cair após 2020, reduzindo de aproximadamente 75 em 2020 para menos de 50 em 2023. Na Europa, países como Suécia, Dinamarca e Bélgica mantiveram ou intensificaram restrições aos Institutos Confúcio, independentemente da mudança de marca. A Comissão Europeia emitiu diretrizes em 2021 recomendando que universidades europeias "avaliassem cuidadosamente os riscos à integridade acadêmica e à segurança da pesquisa antes de estabelecer ou manter parcerias com Institutos Confúcio" (European Commission, 2021). Essa reestruturação, portanto, não conseguiu reverter a tendência de desconfiança e fechamentos. A percepção de que os Institutos Confúcio operavam como instrumentos de *sharp power*, e não de *soft power* genuíno, permaneceu predominante em contextos democráticos ocidentais, onde a autonomia acadêmica e a liberdade de expressão são valores fundamentais.

É importante notar que essa persistência da desconfiança internacional também está ligada a questões relacionadas ao contexto geopolítico em que os Institutos Confúcio operam. Da mesma forma, a discussão sobre a adequação dos Institutos Confúcio aos princípios da UNESCO também carrega uma dimensão geopolítica que não pode ser ignorada. Os critérios normativos mobilizados para avaliar a legitimidade dessas iniciativas, como autonomia acadêmica, liberdade de expressão e transparência institucional, por exemplo, são valores historicamente associados às democracias liberais ocidentais e refletem preocupações importantes principalmente para o Norte Global, especialmente para os Estados Unidos e para a Europa. Isso não significa que outras regiões também não valorizem esses critérios normativos, mas sim que o seu peso relativo e sua tradução prática podem variar bastante conforme o contexto político e as prioridades nacionais de cada país.

A intensificação da rivalidade estratégica entre Estados Unidos e China desde o final da década de 2000 criou um ambiente geopolítico no qual iniciativas culturais chinesas foram enquadradas como questões de segurança nacional e não meramente como intercâmbio cultural benigno. O conceito de "securitização"

desenvolvido pela Escola de Copenhague de estudos de segurança internacional (Buzan, Wæver & de Wilde, 1998) descreve o processo pelo qual atores políticos transformam questões em ameaças existenciais que justificam medidas extraordinárias. No caso dos Institutos Confúcio, autoridades americanas e europeias progressivamente enquadraram essas instituições não como programas educacionais, mas como vetores de influência política e potenciais ameaças à segurança nacional. Nos Estados Unidos, esse processo de securitização foi institucionalizado através de múltiplas iniciativas legislativas e executivas que transformaram fundamentalmente o ambiente operacional dos Institutos Confúcio.

O National Defense Authorization Act (NDAA) de 2018 e 2019 proibiu universidades que recebiam financiamento do Departamento de Defesa de hospedar Institutos Confúcio. A justificativa apresentada ao Congresso enfatizou preocupações com espionagem, roubo de propriedade intelectual e influência política (Congress.gov, 2019). Essa medida foi seguida por ações ainda mais restritivas: em 2020, o Departamento de Estado designou o Centro de Educação e Cooperação Linguística Internacional (CLEC) como "missão estrangeira", exigindo que Institutos Confúcio nos EUA se registrassem como agentes de um governo estrangeiro. O Secretário de Estado Mike Pompeo declarou que "por muito tempo permitimos que o Partido Comunista Chinês estabelecesse postos avançados de propaganda em campi americanos" (US Department of State, 2020). Paralelamente, a China Initiative do Departamento de Justiça, lançada em 2018, visava combater espionagem econômica chinesa, com investigações frequentemente envolvendo acadêmicos associados a Institutos Confúcio. Embora a iniciativa tenha sido encerrada em 2022 devido a críticas sobre questões raciais, ela contribuiu para um clima de suspeita em torno da cooperação acadêmica sino-americana (US Department of Justice, 2018).

Já na Europa, a securitização foi menos uniforme, mas igualmente significativa em vários países, refletindo preocupações similares adaptadas a outros contextos políticos. A Agência de Segurança Sueca (Säpo) emitiu alertas sobre atividades de influência chinesa em universidades, citando especificamente os Institutos Confúcio como potenciais vetores de interferência (Säpo, 2020). Na Alemanha, o Escritório Federal de Proteção da Constituição (BfV) incluiu em seus

relatórios anuais análises sobre operações de influência chinesa, mencionando Institutos Confúcio como parte de um "ecossistema de influência" mais amplo (BfV, 2021). No Reino Unido, o Comitê de Inteligência e Segurança do Parlamento britânico publicou em 2023 um relatório sobre ameaças à segurança nacional provenientes da China, recomendando maior escrutínio de Institutos Confúcio e outras iniciativas culturais chinesas em universidades britânicas (UK Parliament Intelligence and Security Committee, 2023).

Esse processo de securitização reflete uma transformação mais ampla nas relações internacionais, caracterizada pelo que alguns acadêmicos denominam "Nova Guerra Fria" sino-americana. Autores como Rush Doshi (2021), em "The Long Game: China's Grand Strategy to Displace American Order", argumentam que a China está engajada em uma estratégia de longo prazo para deslocar a ordem internacional liderada pelos Estados Unidos, utilizando instrumentos de poder econômico, tecnológico e cultural de forma coordenada. Nessa perspectiva, os Institutos Confúcio não são iniciativas educacionais isoladas, mas componentes de uma estratégia geopolítica mais ampla. Essa leitura geopolítica, embora contestada por acadêmicos que alertam contra a excessiva securitização das relações culturais, tornou-se dominante em círculos de política externa ocidentais, moldando profundamente a recepção dos Institutos Confúcio e contribuindo para seu declínio em democracias liberais. Esse declínio pode ser quantificado através de dados globais que revelam padrões claros de expansão, retração e redistribuição geográfica.

A trajetória global dos Institutos Confúcio pode ser dividida em três fases distintas. A primeira fase, de expansão acelerada, estendeu-se de 2004 a 2014. A segunda fase, de controvérsias e estabilização, ocorreu entre 2015 e 2019. Já a partir de 2020, a retração acelerou-se. Dados compilados pela National Association of Scholars (NAS) dos Estados Unidos indicam que mais de 180 Institutos Confúcio foram fechados em todo o mundo entre 2020 e 2025, representando aproximadamente 35% do total. As retrações foram maiores nos Estados Unidos, onde os números caíram de aproximadamente 110 Institutos em 2017 para menos de 50 em 2023 (redução de 55%); na Europa Ocidental, onde o número diminuiu de aproximadamente 180 Institutos em 2018 para cerca de 120 em 2023 (redução

de 33%); e na Austrália, onde o número caiu de 13 Institutos em 2019 para 7 em 2023 (redução de 46%). Por outro lado, enquanto houve esse decréscimo nas democracias liberais, houve estabilidade ou crescimento na África, com aproximadamente 60 Institutos em 2023 (crescimento de 15% desde 2019); na América Latina, com aproximadamente 45 Institutos em 2023, (crescimento de 8% desde 2019); e na Ásia (excluindo China), com aproximadamente 130 Institutos em 2023 (crescimento de 5% desde 2019). Essa redistribuição geográfica reflete padrões geopolíticos mais amplos: países com sistemas políticos mais autoritários ou com maior dependência econômica da China tenderam a manter ou expandir Institutos Confúcio, enquanto democracias liberais com preocupações sobre influência estrangeira e liberdade acadêmica aceleraram fechamentos (China Observers, 2024; Melbourne Asia Review, 2022). Esses padrões quantitativos são acompanhados por debates acadêmicos que oferecem interpretações divergentes sobre a natureza e o significado dos Institutos Confúcio nas relações internacionais contemporâneas.

O debate acadêmico sobre os Institutos Confúcio apresenta três perspectivas principais. A primeira, defendida por Paradise (2009), caracteriza os Institutos como *soft power* legítimo, comparável a iniciativas ocidentais de diplomacia cultural, preenchendo demandas genuínas por ensino de chinês. Em contraste, Walker e Ludwig (2017) argumentam que os Institutos representam *sharp power* autoritário, manipulando ambientes de informação e impondo restrições ideológicas. Uma terceira perspectiva, representada por Hartig (2015, 2016), reconhece a complexidade e variação contextual, advertindo contra generalizações excessivas. A literatura recente converge para uma posição intermediária, reconhecendo objetivos educacionais legítimos, mas identificando problemas estruturais relacionados à governança, transparência e compatibilidade com princípios de liberdade acadêmica (Sahlins, 2015; Human Rights Watch, 2019). Hartig argumenta que a experiência com Institutos Confúcio varia significativamente dependendo do contexto político local, da governança universitária e dos acordos contratuais específicos. Alguns Institutos operaram com considerável autonomia e contribuíram genuinamente para o ensino de chinês, enquanto outros enfrentaram problemas sérios de censura e controle político. Essa

perspectiva adverte contra generalizações excessivas e enfatiza a necessidade de análise caso a caso (Hartig, 2015, 2016).

Além disso, é interessante notar que na América Latina e na África, onde os Institutos Confúcio continuam a crescer, a percepção predominante é de que as iniciativas de diplomacia cultural chinesas oferecem benefícios tangíveis — ensino de idioma, intercâmbios acadêmicos, investimentos em infraestrutura universitária — que tendem a sobrepor-se a preocupações ideológicas sobre liberdade acadêmica ou transparência. Um relatório Afrobarometer de 2019/2020 revelou que a maioria dos entrevistados em países africanos percebe a influência chinesa como "principalmente positiva", sugerindo que os incentivos práticos e as ofertas concretas podem superar reservas normativas em contextos onde as necessidades de desenvolvimento são mais urgentes.

Retornando aos oito princípios da Convenção de 2005 da UNESCO, é possível avaliar sistematicamente as tensões entre os Institutos Confúcio e o marco normativo da UNESCO. O primeiro princípio, de Respeito aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, enfrenta desafios diretos. As restrições documentadas à discussão de tópicos como Tibet, Taiwan, Tiananmen, Falun Gong, Hong Kong e Xinjiang representam violações deste princípio. A liberdade de expressão e a liberdade acadêmica são direitos humanos fundamentais reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (Artigo 19) e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Artigo 19). Quando Institutos Confúcio impõem ou induzem autocensura sobre esses tópicos, comprometem o respeito aos direitos humanos que a UNESCO considera fundamento da diversidade cultural.

O segundo princípio, de Soberania, apresenta tensões igualmente significativas. Embora a China tenha o direito soberano de promover sua cultura, a operação de Institutos Confúcio em territórios estrangeiros levanta questões sobre soberania educacional e acadêmica dos países anfitriões. Quando acordos contratuais concedem ao governo chinês (através do Hanban/CLEC) poder de veto sobre contratações, currículo e eventos, a soberania das instituições anfitriãs é comprometida. A UNESCO reconhece que a soberania implica não apenas o direito de promover a própria cultura, mas também o direito de proteger a integridade de instituições educacionais nacionais contra influência estrangeira indevida.

O terceiro princípio, de Igual Dignidade e Respeito por Todas as Culturas, é desafiado pela promoção de uma visão sinocêntrica da cultura, simbolizada pela escolha de Confúcio como patrono e pela ênfase em narrativas históricas e políticas aprovadas pelo governo chinês. Quando os Institutos Confúcio promovem uma versão específica e politicamente filtrada da cultura chinesa, excluindo perspectivas críticas ou alternativas, comprometem a igual dignidade cultural. O quarto princípio, de Solidariedade e Cooperação Internacional, enfrenta contradições na falta de reciprocidade genuína: a China promove sua cultura globalmente através de Institutos Confúcio, mas oferece oportunidades limitadas para instituições culturais estrangeiras operarem com autonomia comparável em território chinês. A UNESCO entende a cooperação cultural como um processo bilateral e mutuamente benéfico, não como uma relação unilateral.

O quinto princípio, de Complementaridade dos Aspectos Econômicos e Culturais, é tensionado pelo uso dos Institutos Confúcio como instrumentos de influência política e econômica. Estudos mostrando correlação entre localização de Institutos e interesses comerciais chineses representam uma subordinação excessiva da cultura a objetivos geopolíticos, comprometendo seu valor intrínseco. O sexto princípio, de Desenvolvimento Sustentável, apresenta contribuições ambíguas: embora o ensino de línguas contribua para o desenvolvimento humano, a instrumentalização política e as restrições à liberdade acadêmica comprometem a contribuição para o desenvolvimento sustentável genuíno, que a UNESCO concebe como incluindo dimensões de governança democrática, direitos humanos e participação cidadã.

O sétimo princípio, de Acesso Equitativo, é formalmente respeitado, mas substantivamente comprometido. Embora o acesso aos Institutos Confúcio seja, em princípio, aberto, ele é condicionado à aceitação de restrições ideológicas implícitas ou explícitas. Estudantes e professores que desejam discutir livremente tópicos sensíveis enfrentam barreiras, comprometendo o acesso equitativo genuíno. O oitavo princípio, de Abertura e Equilíbrio, é diretamente violado pela falta de transparência em acordos contratuais, financiamento e governança dos Institutos Confúcio. A UNESCO defende que a cooperação cultural deve ser transparente e equilibrada, com todas as partes tendo acesso equitativo a informações e poder de

decisão. Os Institutos Confúcio, com sua estrutura centralizada e cláusulas de confidencialidade, violam este princípio.

Essa análise sistemática dos oito princípios da UNESCO em confronto com os Institutos Confúcio também revela uma limitação importante dos próprios princípios da Convenção de 2005. Alguns desses princípios, particularmente os de Igual Dignidade das Culturas, Solidariedade e Cooperação Internacional, e Abertura e Equilíbrio, estabelecem padrões ideais que podem ser incompatíveis não apenas com manifestações de *sharp power*, mas com qualquer forma de diplomacia cultural promovida por Estados. Toda promoção cultural patrocinada por governos nacionais carrega, inevitavelmente, elementos de seleção, filtragem e instrumentalização: o British Council promove uma versão específica da cultura britânica, a Alliance Française privilegia determinadas expressões da francofonia, o Goethe-Institut projeta uma identidade alemã particular. A reciprocidade perfeita e a ausência total de assimetrias de poder nas relações culturais internacionais são, nesse sentido, um ideal que orienta mas que permanece estruturalmente inatingível em um sistema internacional caracterizado por desigualdades de poder, recursos e influência. Assim, a questão central não é se os Institutos Confúcio violam princípios que outras instituições de diplomacia cultural respeitam plenamente, mas se o grau e a natureza dessas violações ultrapassam limites aceitáveis em contextos democráticos que valorizam autonomia acadêmica e liberdade de expressão, por exemplo. Os princípios da UNESCO funcionam, assim, menos como critérios de conformidade ou violação, e mais como parâmetros ao longo dos quais diferentes práticas de diplomacia cultural podem ser posicionadas e avaliadas criticamente.

Ainda assim, o fato dos Institutos Confúcio operarem com níveis significativos de controle governamental e restrições à liberdade acadêmica que excedem aqueles observados em instituições ocidentais comparáveis, faz com que muitas nações interpretem os institutos sob a perspectiva do *sharp power*.

O caso dos Institutos Confúcio serve como um estudo de caso crítico sobre os desafios da cooperação cultural em um mundo multipolar caracterizado por rivalidades geopolíticas e diferenças fundamentais em sistemas políticos e valores. Ele demonstra que a diplomacia cultural, quando opera com níveis de controle governamental e restrições à liberdade acadêmica que ultrapassam normas

estabelecidas em contextos democráticos, pode se tornar um vetor de desconfiança e conflito, ao invés de um instrumento de compreensão mútua e cooperação internacional. O caso também evidencia que os princípios da UNESCO, embora não perfeitamente realizáveis na prática, fornecem critérios valiosos para distinguir entre graus aceitáveis e inaceitáveis de instrumentalização cultural, particularmente em contextos que valorizam autonomia institucional e liberdade de expressão como fundamentos da vida acadêmica e democrática.

## Capítulo 4:

### **A Confluência entre Ideal e Realidade – Estratégias para um Diálogo Intercultural Autêntico**

Os dados e as análises apresentados nos capítulos anteriores deixam claro que a maneira como diferentes atores internacionais entendem e utilizam a influência cultural dentro do contexto do jogo geopolítico revela um ecossistema marcado por muitas ambiguidades, tensões contínuas e projetos concorrentes de mundo.

Ao longo dos três capítulos anteriores ficou nítido o fato de que os Institutos Confúcio foram estruturados de forma ambígua: formalmente procuraram estar alinhados aos princípios da UNESCO em sua documentação e apresentação pública, mas na prática estavam sistematicamente “comprometidos” devido a uma lógica de controle, opacidade e instrumentalização. Foram apresentados casos suficientemente documentados e recorrentes que demonstram a forma como a China acabou cruzando a fronteira do *soft power* legítimo e assumindo os contornos do *sharp power* através desses institutos. É importante deixar registrado, porém, que essa não é uma conclusão absoluta, uma vez que a heterogeneidade dos casos, incluindo experiências como a da PUC-Rio, conforme já citado em capítulo anterior, impede generalizações.

Dentro desse contexto, a intenção do presente capítulo de conclusão não é a de condenar ou absolver a China e a dinâmica dos Institutos Confúcio. O intuito deste último capítulo, porém, é o de entender de que forma eventuais desvios dos princípios normativos da UNESCO determinam os limites e comprometem as possibilidades de um diálogo intercultural autêntico na geopolítica contemporânea.

O que se propõe aqui, portanto, é a formulação de uma mediação entre o ideal que a UNESCO articula e a realidade que os Estados praticam; entre a cultura

como fim em si mesma e a cultura como instrumento de poder; entre a aspiração ao diálogo genuíno e a inevitabilidade de que toda diplomacia cultural carrega, em algum grau: a marca dos interesses de quem a financia. Essa mediação é possível justamente porque os princípios da Convenção de 2005, ainda que não perfeitamente realizáveis, são mais que uma simples retórica: eles fornecem critérios concretos para distinguir graus aceitáveis de instrumentalização daqueles que comprometem a autonomia, a liberdade e a reciprocidade que definem o intercâmbio cultural autêntico.

Para que essa mediação seja viável, é preciso primeiramente reconhecer uma importante assimetria que os capítulos anteriores procuraram demonstrar: a diferença entre os Institutos Confúcio e instituições similares, como o British Council, a Alliance Française e o Goethe-Institut, não está na existência de financiamento estatal, nem na promoção de uma identidade cultural nacional, mas sim nos mecanismos de governança, nos graus de autonomia institucional e, principalmente nos níveis de transparência que estruturam a relação entre o financiador e a instituição receptora. Quando essa transparência é substituída por cláusulas de confidencialidade, quando a autonomia acadêmica é condicionada a limites temáticos impostos externamente, e quando a reciprocidade é negada pela diferença de liberdade de operação dos Institutos Confúcio no exterior e as restrições impostas a instituições culturais estrangeiras na China, o que se tem não é apenas uma diferença de grau, é uma diferença de natureza importante e injusta. E é essa diferença de natureza que o referencial normativo da UNESCO permite nomear, situar e enfrentar de forma parcial (não punindo, uma vez que a UNESCO não dispõe de mecanismos coercitivos de enforcement).

A força normativa da UNESCO é reputacional e não jurídica ou punitiva. Isso não a torna impotente na prática, como pode-se imaginar à primeira vista, e a própria trajetória dos Institutos Confúcio demonstra isso visto que a pressão reputacional acumulada ao longo de anos (por acadêmicos, por organizações de direitos humanos, por parlamentos e por universidades que decidiram encerrar suas parcerias) acabou modificando significativamente o projeto original. A reestruturação do Hanban em CLEC, em 2020, foi um exemplo de resposta a essa pressão, ainda que imperfeita, tardia e insuficiente. O fato é que o poder normativo

age, não pela coerção, mas pela transformação gradual dos custos reputacionais que estruturam as escolhas dos atores.

A reação internacional aos Institutos Confúcio (fechamentos, reestruturações e mudanças de nome) não deve ser lida como prova de culpabilidade nem como simples produto de rivalidades geopolíticas, mas sim como sinal de que a diplomacia cultural hoje em dia opera sob um regime mais atento, no qual a ausência de transparência deixa de ser imperfeição tolerável e passa a ser risco político.

É justamente nesse contexto que a UNESCO exerce sua função mais característica: não como 'polícia' do diálogo intercultural, mas como uma espécie de centro de gravidade normativo. Ela funciona como uma base de um repertório conceitual e ético a partir do qual Estados, universidades e sociedades civis podem negociar limites, exigir ajustes e recusar formatos que comprometam valores fundamentais.

É a partir dessa constatação que se torna possível e necessário avançar para além do diagnóstico e propor caminhos concretos. O primeiro deles é a institucionalização da transparência como condição de legitimidade: acordos entre universidades e organismos culturais estrangeiros financiados por governos deveriam ser públicos, auditáveis e submetidos a revisão periódica por comitês independentes, com cláusulas explícitas de proteção à autonomia acadêmica e à liberdade de expressão como condições inegociáveis, não como aspirações, mas como requisitos contratuais verificáveis.

O segundo caminho seria o desenvolvimento de mecanismos de certificação simbólica com incentivos reputacionais: um sistema pelo qual organismos como a própria UNESCO pudessem avaliar e certificar programas de diplomacia cultural que atendam a critérios mínimos de autonomia, reciprocidade e pluralidade, gerando incentivos positivos para a conformidade e custos simbólicos mensuráveis para o desvio.

Um terceiro caminho seria trabalhar uma espécie de fortalecimento da capacidade institucional dos países receptores, especialmente aqueles com menor poder de barganha no sistema internacional, para negociar acordos de cooperação cultural em condições mais equitativas, com apoio técnico e jurídico que lhes

permitissem identificar e resistir a cláusulas que comprometam sua soberania acadêmica e cultural.

Já o quarto caminho seria a promoção de um engajamento genuinamente multissetorial: Estados e organismos internacionais não são os únicos atores relevantes nesse campo. Universidades, sociedade civil, comunidades acadêmicas e organizações de direitos humanos precisam ser incorporados não apenas como destinatários das normas, mas como co-construtores e monitores ativos dos padrões que definem o que conta como diplomacia cultural legítima.

Essas propostas não têm a pretensão de eliminar em definitivo as tensões estruturais que esta dissertação mapeou e nem transformam a UNESCO em uma instituição com poderes que ela não possui e que, dadas as assimetrias do sistema internacional, provavelmente nunca possuirá. O que essas propostas fazem na verdade, é elevar o patamar mínimo de conduta esperada, tornar os desvios mais visíveis, mais nomeáveis e politicamente mais custosos. Em um campo onde a cultura é permanentemente disputada como instrumento de poder, essa elevação de patamar não é um gesto ingênuo: é uma estratégia realista de quem reconhece que as normas, mesmo sem enforcement coercitivo, moldam expectativas, constroem comportamentos e, ao longo do tempo, transformam o que é considerado aceitável.

Em última análise, o que esta dissertação demonstrou é que a fronteira entre *soft power* e *sharp power* não é uma linha fixa gravada na geopolítica, mas um campo de disputa permanente, disputado por Estados, instituições, acadêmicos, ativistas e organismos internacionais, em contextos que mudam, em correlações de força que se deslocam, em narrativas que se constroem e se desconstroem continuamente. Nesse campo, a UNESCO ocupa um lugar singular: não como árbitro com poder coercitivo, mas como produtora de uma linguagem normativa comum que, quando mobilizada com consistência e respaldada por pressão reputacional, é capaz de influenciar comportamentos e produzir mudanças, ainda que lentas, parciais e incompletas.

A trajetória dos Institutos Confúcio, desde sua concepção como projeto ambicioso de *soft power* até suas mais recentes transformações demonstra essa dinâmica com muita propriedade: um ator que avançou, encontrou resistência

normativa e reputacional, e foi obrigado a recuar e se reconfigurar, não porque foi punido, mas porque o custo de não fazê-lo tornou-se alto demais para ser ignorado.

É nessa dinâmica inconstante, marcada por um entre o ideal teórico que orienta e uma realidade geopolítica que tenta se sobrepor que o sentido mais profundo do diálogo intercultural autêntico tenta se esbabelecer: não como um estado a ser alcançado de uma vez por todas, mas como um horizonte a ser perseguido, de forma permanente e imperfeita, por todos os atores que reconhecem na diversidade cultural não um obstáculo à ordem internacional, mas sua condição mais rica e mais humana de existência.

A presente análise demonstrou, por fim, que a fronteira entre *soft power* e *sharp power* não se apresenta como uma linha fixa, mas como um campo de disputa permanentemente reconfigurado, particularmente visível na atuação da UNESCO. Iniciativas de cooperação cultural e educacional, embora associadas a ideais de paz e diálogo, estão quase sempre suscetíveis à instrumentalização (ou à percepção de instrumentalização) conforme o contexto político e as assimetrias de poder.

Nesse cenário, a capacidade da UNESCO de produzir linguagem normativa é algo de fundamental importância, mas sua eficácia depende da negociação contínua e da legitimidade reconhecida por seus Estados-membros. É nessa tensão entre norma e disputa, entre persuasão e suspeita, que se define o alcance contemporâneo do poder cultural.

## Referências Bibliográficas

ABC NEWS. Australian universities close Confucius Institutes amid foreign interference concerns. ABC News Australia, 15 mar. 2025. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news>. Acesso em: 9 fev. 2026.

AHEARNE, J. Cultural Policy Explicit and Implicit: A Distinction and Some Uses. *International Journal of Cultural Policy*, v. 15, n. 2, p. 141-153, 2009.

ANG, I. et al. Cultural diplomacy: beyond the national interest? *International Journal of Cultural Policy*, v. 21, n. 4, p. 365-381, 2015.

AUKIA, J. The Confucius Institutes and China's dual security agenda. *China Brief*, v. 14, n. 22, p. 10-13, 2014.

AUSTRALIAN STRATEGIC POLICY INSTITUTE (ASPI). The Chinese Communist Party's Coercive Diplomacy. ASPI Policy Brief, Report No. 36/2021, Canberra, 2021.

BARROWMAN, R. Victoria University of Wellington: A History. Wellington: Victoria University Press, 1999.

BELL, D. A. The China Model: Political Meritocracy and the Limits of Democracy. Princeton: Princeton University Press, 2015.

BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRITISH COUNCIL. Soft power and cultural diplomacy: a comparative analysis. British Council Research Report, Londres, 2015.

BUNDESAMT FÜR VERFASSUNGSSCHUTZ (BfV). Annual Report on Protection of the Constitution 2021. BfV, Colônia, 2021.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; DE WILDE, J. Security: A New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo: EDUSP, 2015.

CHINA OBSERVERS. Confucius Institutes in decline: global trends 2020-2024. *China Observers in Central and Eastern Europe*, n. 18, p. 45-67, 2024.

CONGRESS.GOV. National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2019. H.R. 5515, 115th Congress, Washington, DC, 2019. Disponível em: <https://www.congress.gov>. Acesso em: 9 fev. 2026.

DING, S.; SAUNDERS, R. A. Talking up China: An analysis of China's rising cultural power and global promotion of the Chinese language. *East Asia*, v. 23, n. 2, p. 3-33, 2006.

DOSHI, R. *The Long Game: China's Grand Strategy to Displace American Order*. Nova York: Oxford University Press, 2021.

EAGLETON, T. *A Ideia de Cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EUROPEAN COMMISSION. *Tackling R&I Foreign Interference*. Commission Staff Working Document, SWD(2021) 202 final, Bruxelas, 2021.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GILL, B.; HUANG, Y. Sources and Limits of Chinese 'Soft Power'. *Survival*, v. 48, n. 2, p. 17-36, 2006.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KUMAR, Shivam. **Chinese Soft Power Projection: The Role of Confucius Institutes in South Asia**. Indian Council of World Affairs, Nova Delhi, 06 set. 2024. Disponível em: [https://www.icwa.in/show\\_content.php?lang=1&level=3&ls\\_id=11958&lid=7024](https://www.icwa.in/show_content.php?lang=1&level=3&ls_id=11958&lid=7024). Acesso em: 07 mar. 2026.

HANBAN. *Confucius Institute Annual Development Report 2014*. Pequim: Hanban/Confucius Institute Headquarters, 2014.

HANBAN. *Confucius Institute Annual Development Report 2019*. Pequim: Hanban/Confucius Institute Headquarters, 2019.

HARTIG, F. Communicating China to the world: Confucius Institutes and China's strategic narratives. *Politics*, v. 35, n. 3-4, p. 245-258, 2015.

HARTIG, F. How China understands public diplomacy: The importance of national image for national interests. *International Studies Review*, v. 18, n. 4, p. 655-680, 2016.

HUANG, K.; XIANG, L. Confucius Institutes and China's soft power: practices and paradoxes. *Journal of Chinese Political Science*, v. 23, n. 4, p. 595-612, 2018.

HUMAN RIGHTS FOUNDATION. *Confucius Institutes: academic freedom and human rights concerns*. HRF Special Report, Nova York, 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. China's Global Threat to Human Rights. World Report 2019, Nova York, p. 123-145, 2019.

HUNTINGTON, S. P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KURLANTZICK, J. Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World. New Haven: Yale University Press, 2007.

LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MELBOURNE ASIA REVIEW. The rise and fall of Confucius Institutes: a global perspective. Melbourne Asia Review, n. 7, p. 34-52, 2022.

MERCATOR INSTITUTE FOR CHINA STUDIES (MERICS). Rebranding China's influence: from Hanban to CLEC. MERICS China Monitor, Berlim, 2021.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY. Sharp Power: Rising Authoritarian Influence. NED Report, Washington, DC, 2017.

NYE, J. S. Bound to Lead: The Changing Nature of American Power. New York: Basic Books, 1990.

NYE, J. S. How sharp power threatens soft power. Foreign Affairs, 24 jan. 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com>. Acesso em: 9 fev. 2026.

NYE, J. S. Soft Power: The Means to Success in World Politics. Nova York: Public Affairs, 2004.

NYE, J. S. The Future of Power. New York: Public Affairs, 2011.

PARADISE, J. F. China and international harmony: the role of Confucius Institutes in bolstering Beijing's soft power. Asian Survey, v. 49, n. 4, p. 647-669, 2009.

PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS. China's investment in global cultural influence: Confucius Institutes and beyond. PIIE Working Paper, n. 19-12, Washington, DC, 2019.

REPNIKOVA, M. Chinese Soft Power. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

SAHLINS, M. Confucius Institutes: Academic Malware. The Asia-Pacific Journal, v. 13, n. 46, p. 1-9, 2015.

SAID, E. W. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SÄKERHETSPOLISEN (SÄPO). Security Service Annual Report 2020. Säpo, Estocolmo, 2020.

SHAMBAUGH, D. *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

UK PARLIAMENT INTELLIGENCE AND SECURITY COMMITTEE. *China Report*. ISC Special Report, Londres, 2023.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris: UNESCO, 2005.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Paris: UNESCO, 2001.

US DEPARTMENT OF JUSTICE. *China Initiative Fact Sheet*. DOJ Press Release, Washington, DC, 2018.

US DEPARTMENT OF STATE. *Designation of the Confucius Institute U.S. Center as a Foreign Mission*. State Department Press Statement, Washington, DC, 13 ago. 2020.

US GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE (GAO). *Confucius Institutes: Agreements and Operations at Selected U.S. Universities*. GAO Report GAO-19-278, Washington, DC, 2019.

WALKER, C.; LUDWIG, J. *The Meaning of Sharp Power: How Authoritarian States Project Influence*. *Foreign Affairs*, 16 nov. 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com>. Acesso em: 9 fev. 2026.

WILLIAMS, R. *Cultura e Sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

XINHUA NEWS. *China restructures Confucius Institute headquarters*. Xinhua News Agency, 4 jul. 2020. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com>. Acesso em: 9 fev. 2026.

ZHOU, Y.; LUK, S. *Establishing Confucius Institutes: a tool for promoting China's soft power?* *Journal of Contemporary China*, v. 25, n. 100, p. 628-642, 2016.

ZOU SHUO. *Confucius Institute continues expansion with new projects*. *China Daily*, Beijing, 17 nov. 2025. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202511/17/WS673a9ca8a310f1265a1d2b55.html>. Acesso em: 17 fev. 2026.